

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG
Gestão de Engenharias, Arquitetura e Tecnologia – GEAT
Curso de Arquitetura e Urbanismo



**PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA MINA DA CIDADE DE
VARGINHA**

Mariah Adamáris Ribeiro Marcondes

Varginha MG
Nov./2016

Mariah Adamáris Ribeiro Marcondes

**PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA MINA DA CIDADE DE
VARGINHA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a D.Sc. Luciana Bracarense Coimbra Veloso.

Varginha/MG

Nov./2016

Resumo

Esta pesquisa visa a requalificação da Praça da Mina. A Praça da Mina que está localizada na Cidade de Varginha Minas Gerais, apresenta grande importância ambiental e social, porém não possui estrutura adequada para uso da população. Essa pesquisa foi feita para que aconteçam mudanças comportamentais significativas projetando áreas de convivência, sob uma vertente de valorização das relações interpessoais e das atividades cotidianas, incorporando a ideia de um lugar agradável, seguro e confortável, com isso propõe um espaço onde todos os grupos sociais possam usar, buscando agregar esporte, estudo, diversão, contato com a natureza, acesso fácil aos eventos, bem como uma infraestrutura de qualidade, com mobiliários urbanos. Para isso, foram estudados aspectos da morfologia urbana, projetos de praças em geral e alguns estudos de referência. O trabalho está estruturado de maneira a apresentar os referidos estudos primeiro – como referencial teórico, e a sistematização de dados colhidos durante a pesquisa; em seguida, estão as análises da área e então a proposta projetual.

Palavras Chave: Requalificação; Praça; Urbano; Valorização.

Abstract

This research aims at the requalification of Praça da Mina. The Praça da Mina, located in the city of Varginha, Minas Gerais, presents great environmental and social importance, but does not have adequate structure for the use of the population. This research was done so that significant behavioral changes happen by projecting areas of coexistence, under an aspect of valuing interpersonal relationships and daily activities, incorporating the idea of a pleasant, safe and comfortable place, with this proposes a space where all social groups can use, seeking to add sport, study, fun, contact with nature, easy access to events, as well as a quality infrastructure with urban furniture. For that, aspects of urban morphology, square projects in general and some reference studies were studied. The work is structured in such a way as to present the mentioned studies first - as a theoretical reference, and the systematization of data collected during the research; Then there are the analyzes of the area and then the design proposal.

Keywords: Requalification; Square; Urban; Valuation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Origem, justificativa e relevância do tema.....	7
1.2	Objetivos	8
1.2.1	Geral	8
1.2.2	Específicos.....	8
1.3	Contexto da pesquisa (Praça da Mina)	8
1.4	Problema da Pesquisa	12
1.5	Metodologia.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	O Processo de Urbanização no Brasil.....	14
2.2	Reformas Urbanas	26
2.2.1	Gentrificação	28
2.2.2	Re: Revitalizar, Renovar, Requalificar, Refuncionalizar, Reabilitar	29
2.2.3	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	32
2.2.4	Políticas Urbanas e Infraestruturas Urbanas.....	32
2.2.5	Estatuto da Cidade.....	34
2.2.5.1	Plano Diretor	35
3	REFERÊNCIAS PROJETUAIS.....	37
3.1	Estudo de Caso 01: Parque Villa Lobos – Rio de Janeiro.....	37
3.2	Estudo de Caso 02: Parque Madureira Rio + 20 – Rio de Janeiro.....	42
3.3	Estudo de Caso 03: Praça Victor Civita/Museu Aberto da Sustentabilidade – São Paulo.....	47
4	ANÁLISE DO TERRENO	53
4.1.0	Aspectos Geográficos e Naturais.....	53
4.1.2	Clima.....	54
4.1.3	Relevo.....	54
4.1.4	Vegetação	55
4.1.5	Hidrografia.....	55
4.2	Aspectos Físicos	56
5	PROPOSTA PROJETUAL	68
5.1	Programa de Necessidades	68
5.2	Conceito	68

5.3	Partido.....	68
5.4	Setorização	69
5.5	Anteprojeto.....	70
5.5.1	Centro de Convivência	71
5.5.2	Academia	72
5.5.3	Sanitários	72
5.6	Memorial Descritivo.....	72
5.6.1	Infraestrutura e Superestrutura	72
5.6.2	Vedação	72
5.6.3	Esquadrias Internas	73
5.6.4	Cobertura	74
5.6.5	Revestimentos	74
5.6.6	Pisos e Pavimentações	74
5.6.7	Pintura.....	74
5.6.8	Instalações Hidráulicas e Sanitárias.....	75
5.6.9	Distribuições de Água Fria:	75
6	Paisagismo.....	75
6.1	Planejamento da Arborização Urbana.....	76
6.2	Análise da vegetação	76
6.3	Análise do local	76
6.4	Envolvimento da comunidade	76
6.5	Escolha das Árvores	77
6.5.1	As espécies preferencialmente devem:.....	77
6.5.2	Evitar espécies que:	77
6.6	Espécies.....	77
6.6.1	Árvores.....	77
6.6.2	Frutos comestíveis	78
6.6.3	Arbustos, Forrações e Trepadeiras.....	78
6.6.4	Pisos	78
7	Perspectivas	79
8	Conclusão	83
	REFERÊNCIAS.....	84

APENDICE A	85
APENDICE B	86
APENDICE C	87
APENDICE D	88
APENDICE E	89
APENDICE F.....	90
APENDICE G	91
APENDICE H	92

1 INTRODUÇÃO

1.1 Origem, justificativa e relevância do tema.

A pesquisa que está na base da monografia de conclusão de graduação versa sobre o tema “Projeto de Requalificação da Praça da Mina de Varginha”.

Quando pensamos em cidade consideramos diversos aspectos; a princípio fica evidente a funcionalidade. A criação de vias públicas, edifícios, e todos os equipamentos que compõem o cenário urbano devem ser eficazes para cumprimento das funções, como moradia, trabalho, circulação e lazer.

As cidades necessitam cada vez mais de espaços livres que sejam destinados a lazer, recreação, conservação e preservação, o termo espaço possui diferentes significados em outras áreas de interesse, porém na Arquitetura o mesmo apresenta uma totalidade, e podemos destacar a paisagem como um recorte do espaço, um pedaço da totalidade.

A paisagem pode ser considerada como um produto e como um sistema. Como um produto porque resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total (MACEDO, 1999, p. 11).

A relevância e contribuição deste trabalho constituem-se em melhorar e ampliar os aspectos culturais, ecológicos, ambientais e sociais, a partir da transformação da paisagem urbana, tornando o espaço apropriado para o uso público, adequados ao lazer, comércio e circulação, resultando diretamente na qualidade de vida e o bem-estar da população.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

O presente trabalho tem como objetivo conceber um projeto urbanístico para requalificação da Praça da Mina no bairro Campos Elíseos, Varginha – Minas Gerais.

1.2.2 Específicos

- Fundamentar a proposta com pressupostos institucionais e conceituais.
- Criar equipamentos urbanos para atender aos usuários e promover o funcionamento adequado do ambiente.
- Desenvolver design de mobiliários urbanos e equipamentos apropriados para a melhor utilização do espaço.
- Trabalhar acessibilidade nos aspectos: físico, cultural, social.
- Promover uma recuperação ambiental anexada na área de APP.

1.3 Contexto da pesquisa (Praça da Mina)

O município de Varginha apresenta grande importância regional e encontra-se em destaque dentre os demais municípios do estado de Minas Gerais. Dentre os principais aspectos da cidade de Varginha, podemos ressaltar os valores expressivos no comércio produtor de café, seu famoso título de “cidade do ET” ainda que não tenha cunho turístico e sua privilegiada localização.

Varginha está localizada no Sul de Minas Gerais, cerca de 320 km da capital Belo Horizonte (FIG.1). Segundo dados do IBGE do ano de 2016, atualmente o município de Varginha é um dos mais populosos da região do Sul de Minas, com aproximadamente 133 mil habitantes. Possui uma área territorial de 395,396 km² e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,778 (IDHM 2010).



Figura 01 – Localização da cidade de Varginha no Sul de Minas.

Fonte: Fonte: A autora com base nos dados do Google Earth 2016.

O surgimento do município de Varginha se dá por volta do ano de 1808, com cerca de 1000 pessoas era apenas um arraial quando foi nomeado de Espírito Santo das Catanduvras. A criação do povoado é influenciada pela religiosidade e pelos costumes portugueses, colônia do Brasil. Seu atual nome foi originado da antítese à situação geográfica, de um vale anguloso, formado pela ribeira Santana, onde se desenvolveu o populoso bairro da "Vargem", onde eram um ponto de parada de tropeiros, os caixeiros viajantes dos séculos 18 e 19.

A cidade é abastecida pela Bacia hidrográfica do rio Verde. O clima da região é do tipo tropical e pode ser classificado como mesotérmico brando e úmido com 3 meses secos.

A Mina é uma praça que apresenta valor ambiental e social de grande importância para o município, porém não possui espaços adequados para a realização das atividades de lazer e esporte que recebe atualmente.

Seu valor ambiental é facilmente percebido na principal atração da praça, que é a mina de água, utilizada todos os dias para o abastecimento das famílias varginhenses, suas águas desembocam no ribeirão Santana que deságua no rio Verde, este nasce nas encostas ocidentais da serra da Mantiqueira, divisa dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, próximo ao pico dos três estados (2665 m), e desenvolve-se no sentido sudoeste-noroeste, percorrendo uma distância de aproximadamente 250 km até constituir um dos braços do remanso do reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas (768 m) (FIG. 2).

Ainda que o suporte físico para as atividades não exista, a praça da Mina possui grande valor social, pois a população se apropria do espaço de maneiras efêmeras, realizando diversas atividades. Nos dias de semana os usuários praticam caminhadas e exercícios físicos funcional, visto que sua localização é próxima a COPASA encontro popular para realização de atividades físicas. Aos finais de semana é usual a permanência de famílias, onde as crianças podem jogar bola, soltar pipa, escorregar na grama, entre outras brincadeiras. O momento de maior presença da população ocorre no final do ano, quando a prefeitura municipal realiza shows para comemorar o ano novo, o tradicional Réveillon da Paz reúne milhares de pessoas.

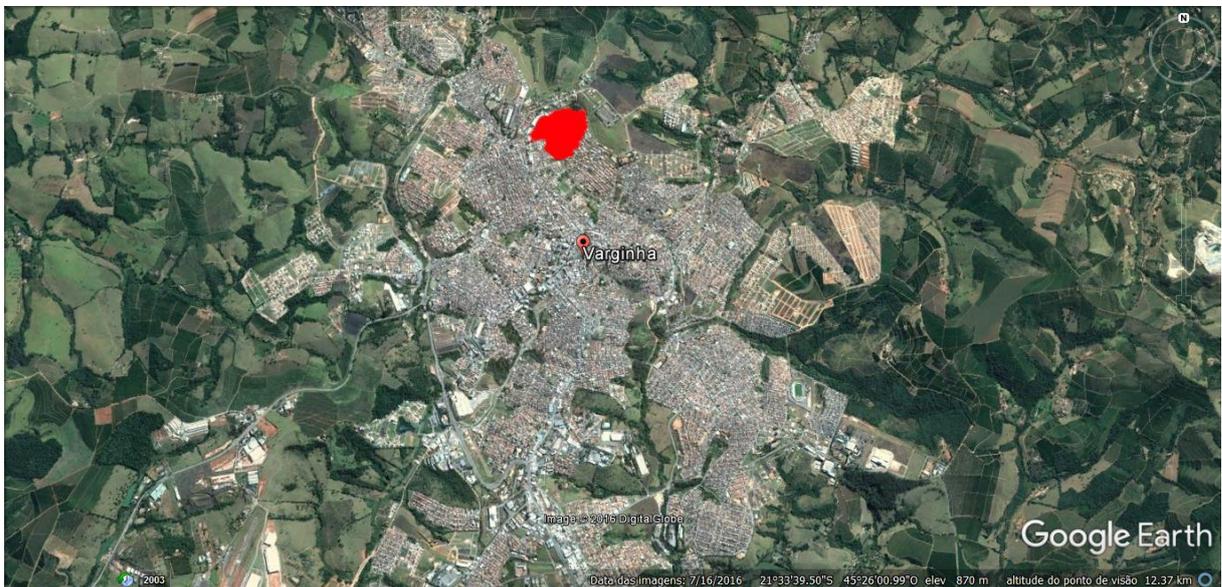


Figura 02. Município de Varginha e indicação aproximada da localização da Praça da Mina.

Fonte: [HTTPS://www.google.com/maps/place/Varginha](https://www.google.com/maps/place/Varginha)

Localizada no Bairro Campos Elíseos, a praça se encontra próxima a prefeitura municipal, a uma distância aproximada de 1,50km do centro da cidade e seus principais acessos se dão pela Rua Araci Pinto Paiva e Avenida José Adélio de Resende, na cidade de Varginha, Minas Gerais (FIG. 3).



Figura 03 – Localização da Praça da Mina na cidade de Varginha no Sul de Minas.

Fonte: Fonte: A autora com base nos dados do Google Earth 2016.

Ainda que popularmente conhecida como praça da Mina, seus registros na prefeitura apresentam 3 (três) nomes distintos subdividindo a área, são eles: Praça das Crianças, Praça da Paz e Praça Anna Jarvis, que foi ratificada como área de preservação permanente (APP) pelo decreto N° 2.730/2001, no dia 28 de novembro de 2001 (FIG. 4).

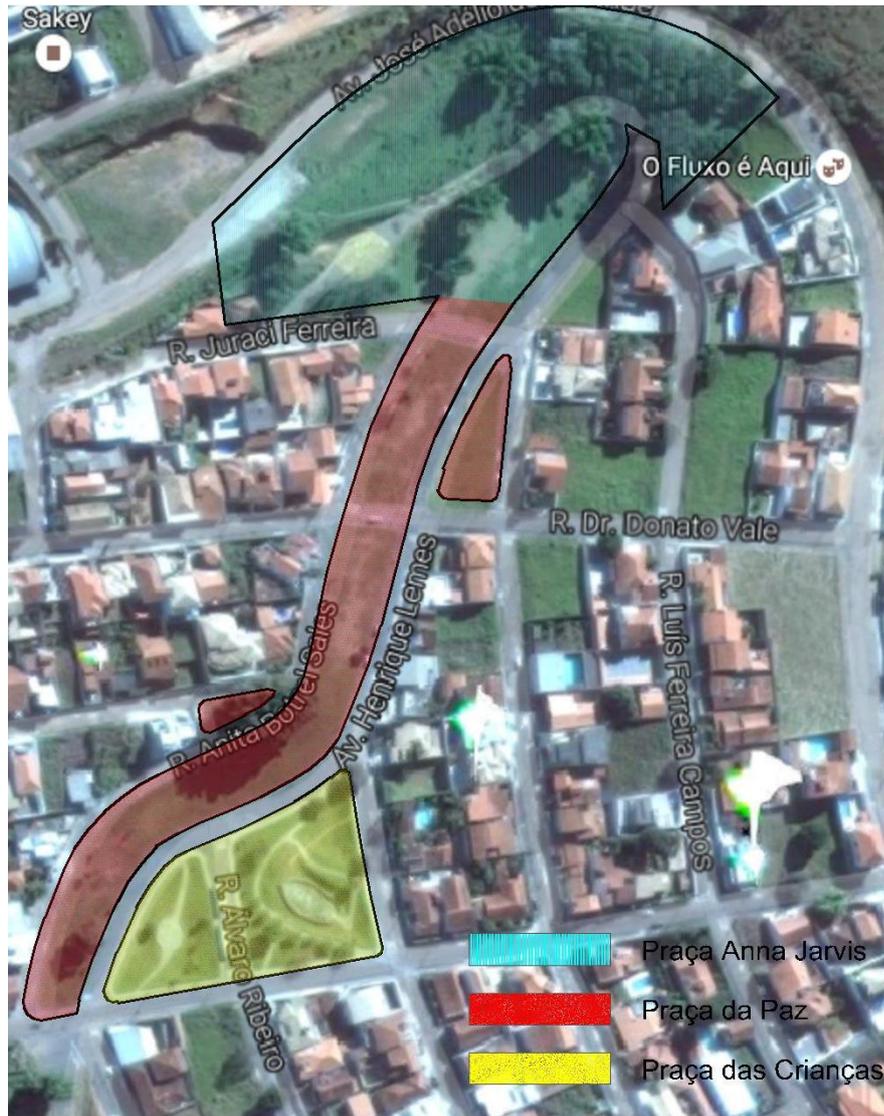


Figura 04 – Localização da Praça da Mina na cidade de Varginha no Sul de Minas.

Fonte: Fonte: A autora com base nos dados do Google Earth 2016.

1.4 Problema da Pesquisa

A requalificação da Praça da Mina no bairro Campos Elíseos da cidade de Varginha transformará a paisagem urbana, tornando-a adequada para os usos do espaço?

1.5 Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido baseado nos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa e quantitativa, buscando as percepções do usuário para compreender a dinâmica da área, a fim de desenvolver e esclarecer conceitos e ideias que podem ser aplicados no caso da Praça da Mina.

Os resultados obtidos nas coletas de dados e diagnósticos nortearam as propostas do projeto de reabilitação da Praça da Mina. Os procedimentos técnicos para obtenção de dados foram:

- Estudo da legislação vigente; Plano Diretor e Estatuto da Cidade de Varginha.
- Estudo e entendimento das Cartas patrimoniais essenciais ao projeto.
- Fazer uma análise de Estudos de Casos relacionados com o tema e bibliografias especificadas.
- Análise *in loco*, entrevista com moradores e usuários, levantamento fotográfico e análise social e análise ambiental.
- Levantamento arquitetônico, urbanístico e paisagístico da área a ser estudada.
- Elaboração de programa de necessidades.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para compreender melhor os aspectos atuais das cidades, sua dinâmica, suas funções e seus usos, é fundamental estudar a história da urbanização no Brasil, de modo a se conhecer os fatores que contribuíram para sua formação e transformação ao longo dos anos.

Conhecer os processos de urbanização das cidades ao longo dos anos se torna fundamental para execução dos projetos de requalificação de áreas urbanas já que grande parte dos seus problemas surge dessa trajetória.

Na maioria das vezes, as cidades crescem sem planejamento e sem traçar uma perspectiva de futuro, norteadas pela preocupação com a qualidade de vida da população por meio da preservação dos aspectos físico e ambiental.

Estudar os processos de urbanização das cidades foi, então, o ponto de partida para compreender o cenário atual das áreas urbanizadas degradadas, promovendo uma visão crítica para as soluções de alguns problemas, soluções estas que devem estar ligadas às políticas públicas dos municípios.

2.1 O Processo de Urbanização no Brasil

Em 22 de abril de 1500, aportavam os primeiros navios portugueses no atual estado da Bahia, para futuramente conquistar e colonizar o Brasil que hoje conhecemos. No ano de 1530, tem início a colonização efetiva; este período implicou na dependência econômica, social e cultural em relação a Coroa portuguesa.

Os portugueses visavam um promissor comércio de exportação agrícola e mineral, baseado no tripé latifúndio--monocultura—escravidão, os produtos exportados ao longo do período colonial foram a base econômica (pau-brasil, açúcar, algodão, café, etc).

Durante o processo intenso de colonização, os senhores, fazendeiros, exército e igreja - representantes dos interesses econômicos e sociais no Brasil, fundamentaram a conquista do território e a produtividade de seus empreendimentos na escravização dos povos indígenas e negros, origem das divisões sociais existentes ainda nos dias de hoje.

O processo de domínio territorial tem início em 1534, com a criação das capitanias hereditárias, pelo rei de Portugal, D. João III, sistema que dividia o território brasileiro e entregava sua administração as pessoas que tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Além de exercerem o direito de explorar os recursos naturais.

A política urbanizadora da Metrópole consistia em controlar mais diretamente a fundação e o desenvolvimento das cidades e estimular, indiretamente, a ação urbanizadora dos seus donatários [...] A política de colonização aplicada pelos portugueses no Brasil até meados do século XVII é a mesma utilizada pelos holandeses durante os 30 anos de sua colonização do Nordeste: concentrar a atenção e os recursos nos núcleos urbanos. (REIS FILHO 1968, p. 84).

Nos primórdios da colonização surge o ciclo da cana-de-açúcar, período que se dá por meio dos primitivos núcleos da costa litorânea, localização que facilitava o escoamento e adiantando da chegada do produto aos mercados consumidores. Sua primeira produção foi no engenho da recém-fundada capitania de São Vicente, no litoral de São Paulo, que no século XVI alcançou treze engenhos de açúcar, e posteriormente, no Nordeste principalmente em Pernambuco.

Estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização (...) o que nos tem levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições da economia exportadora (OLIVEIRA, 1982, p. 38).

As igrejas, os colégios jesuítas e os prédios públicos (Câmaras) foram as primeiras construções de importância; posteriormente as moradias usadas pelos elementos mais pobres da população, as denominadas "casas térreas".

O ciclo da cana-de-açúcar sofre declínio, dando início ao ciclo da mineração. O período econômico da mineração alcança seu auge ao final do século XVIII, com a nova distribuição territorial; o território colonizado na região sudeste do Brasil foi ampliado e, assim, as vilas e cidades vão ganhando grande importância.

Os territórios de valor no ciclo mineração serão os de Minas Gerais e em menor proporção o de Goiânia. O Rio de Janeiro torna-se capital em 1763 e o triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (FIG.5) predomina no país no

período colonial da mineração. Os estados de Salvador, Pernambuco, Maranhão, e os territórios do Nordeste, continuarão como os centros de produção da cana-de-açúcar.

O traçado prévio, que procura organizar a ocupação do solo urbano surge historicamente como resposta às mudanças de funções adquiridas pela cidade na economia colonial e pela valorização do solo urbano decorrentes do crescimento e da concentração populacional. Embora a Igreja, unida ao Estado, tenha sido responsável em grande parte pela expansão urbana, a sua distribuição espacial ao longo do litoral corresponde aos objetivos econômicos e geopolíticos da Coroa portuguesa. A localização das cidades e o traçado dos caminhos que as interligam, relacionam-se diretamente com as necessidades de escoamento de mercadorias e controle da exploração de recursos naturais. (GODOY, 2011, p. 8)

Nas áreas de mineração em Minas Gerais surgem novas vilas e povoados, como exemplo a antiga capital de Ouro Preto. Nas costas litorâneas e agora na região centro-sul, nas vilas e cidades, cresciam as quadras, os lotes estreitos e compridos, as ruas e os prédios residenciais.

A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. (Reis Filho, 1.997. P. 24).

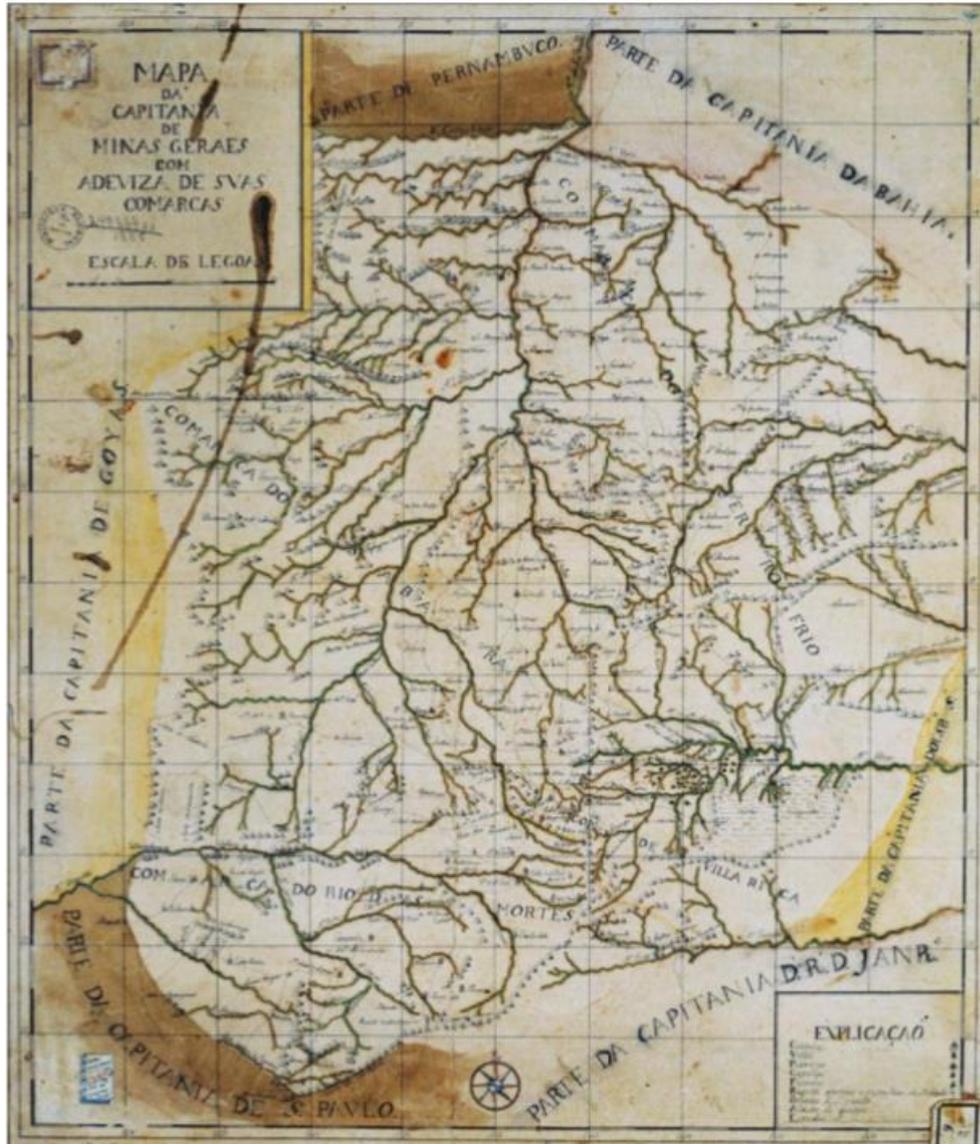


Figura 5 – Mapa da Capitania de Minas Geraes e a Deviza de suas Comarcas

Fonte: VI SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA, 2006, Belo Horizonte.

As vilas e cidades dessa época não possuíam serviços urbanos relacionados às redes de abastecimento d'água e esgoto e infraestrutura no geral. Sua estrutura urbana apresentava loteamento de frente estreito e de fundo comprido, onde as residências das classes com maior poder aquisitivo ocupavam as posições privilegiadas, como as ruas principais e esquinas. Nas vizinhanças das vilas, havia suas primeiras "periferias", misturando-se com o território das áreas rurais, submetidas ainda a economia agrícola, onde trabalhavam na produção da cana-de-açúcar, e agora também do café:

...No fim do regime colonial as cidades eram insignificantes; apenas cinco mereciam este título – Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, São Luís do Maranhão. As demais não passariam de aldeias; a sua população equivaleria a 5,7 % da população total do país, cerca de 2.850.000 habitantes. (PRADO JÚNIOR, apud GEIGER, 1963, p. 20).

Em 1822 deu-se início no Brasil o importante ciclo do café e conseqüentemente o fim da época da mineração. O ciclo do café perdurará durante a época do Império, acabando em 1889, logo após a abolição definitiva da escravidão e coincidindo aproximadamente com a chegada da República Velha.

As mudanças no modelo territorial que ocorreram anteriormente tiveram continuidade, no sudeste do país, as vilas tornam-se predominante, centros urbanos e cidades tornam-se de fato importantes. Os territórios do Rio de Janeiro e São Paulo foram privilegiados na produção cafeeira, formando com Minas e Rio Grande do Sul (FIG. 6), os lugares de maior importância, política, econômica e populacional do país. Essa nova cultura garantiu a expansão das áreas cultivadas, e a maior quantidade de riqueza e população até então atingidos no Brasil. O Nordeste continuará como o centro da cultura agrícola, porém desprovidos de poder político e econômico que possuíam anteriormente. O Brasil Império abre passagem para novas classes urbanas: comerciantes, intelectuais, militares, trabalhadores e imigrantes aliados aos produtores de café.

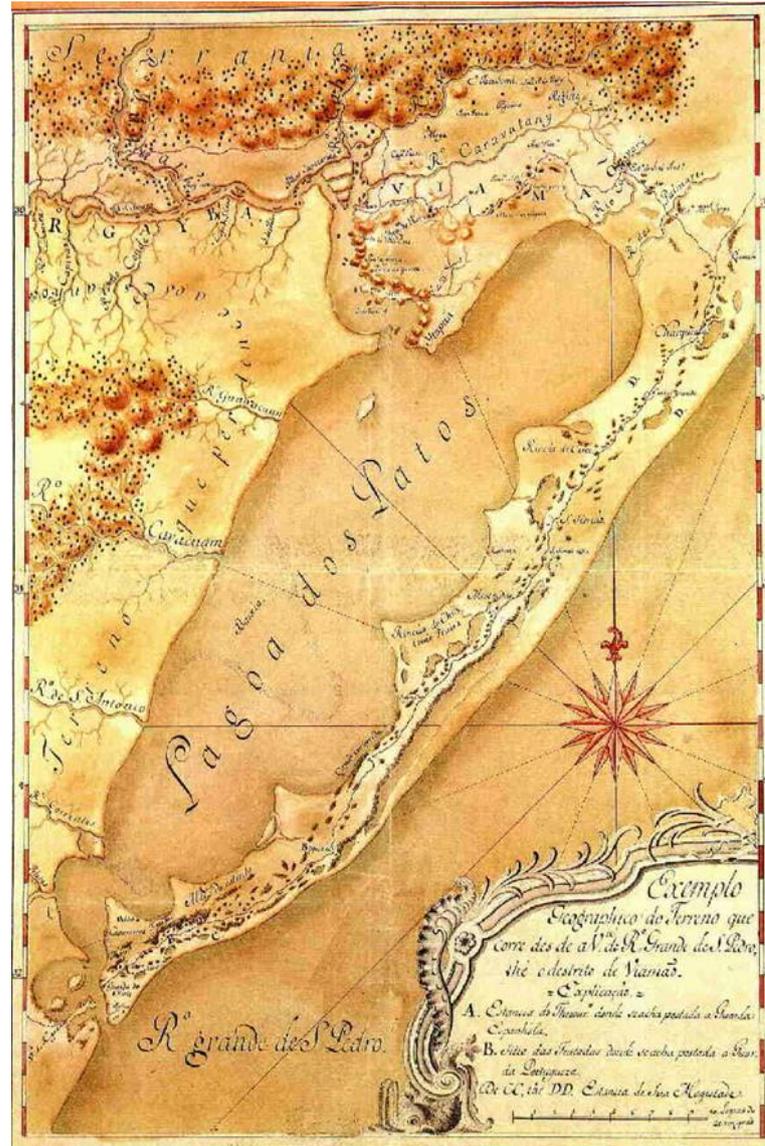


Figura 6 - Mapa da região sul do Brasil, elaborado por José Custódio de Sá e Faria em 1763. Destaca a extensão desde a Vila de Rio Grande de São Pedro até o Distrito de Viamão.

Fonte: www.sogeografia.com.br

As transformações sociais, ocorridas na Europa e em Portugal, refletem no Brasil, principalmente porque a corte Portuguesa se instala no Rio de Janeiro, junto também os hábitos e costumes europeus. Ao decorrer do século XIX, estabelece-se progressivamente um novo modelo territorial, com o propósito de levar as mercadorias de todo os estados produtivos do Brasil para os portos das cidades litorâneas mais importantes, para isso investem na construção de rodovias, estradas de ferro e linhas de navegação nos grandes rios interiores.

Nesse momento começa a acontecer expansão das cidades com a construção de passeios, jardins, ruas, avenidas e infraestrutura (serviços de água potável, esgotos e iluminação, as moradias também); ocorre também o primeiro crescimento descontrolado, com o início da industrialização, a chegada dos imigrantes europeus, além dos escravos alforriados e libertos das grandes fazendas, que agora se tornam trabalhadores assalariados do capitalismo industrial.

O início do planejamento urbano no Brasil se dá em 1875, quando a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, criada em 1874, pelo Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira cria mecanismo para uma reforma na cidade do Rio de Janeiro. Este é o período dos planos de “melhoramentos e embelezamentos”. É a proposta da nova classe dominante, que “rejeita” o passado colonial e usa esse planejamento para impor a sua ideologia. Surgem as grandes avenidas, praças e monumentos.

O crescimento das cidades acontecia de forma voluntária e para que suportasse o fluxo migratório, deste cenário de cidade industrial capitalista, iniciasse uma divisão das classes abastadas das camadas populares, é nesse momento que surge pela primeira vez os bairros de classe média, assim como as "favelas", e a multiplicação dos "cortiços".

A acomodação dos habitantes mais pobres constituía um problema. O êxodo rural intensifica-se após a abolição da escravidão, em consequência do abandono dos antigos locais de trabalho pelos negros e, indiretamente, pela decadência das lavouras tradicionais. Os problemas habitacionais decorrentes dessa pressão populacional, que não correspondia a um aumento proporcional de oportunidades de empregos urbanos, iriam provocar o aparecimento de favelas, nos morros e alagados e a multiplicação dos cortiços, modificando-se, por completo, o panorama dos principais centros urbanos do país. (Reis Filho. 1.997. Pág. 153 e 154).

O processo de transição de rural para urbano ocorre na segunda metade do século XX, quando o Brasil já está em um estado avançado, o país necessitava da concentração da mão de obra nas cidades, induzindo assim o intenso processo de imigração do campo à cidade. Como resultado desse fenômeno, as moradias mudam

de formas, sendo levadas para tipologias mais urbanas, mais coletivas, cenário que resultou na necessidade de equipamentos, serviços e infraestruturas.

Constatamos, portanto que em sessenta anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas. Isso equivale a mais da metade da população do Canadá ou a um terço da população da França. (MARICATO, 2001, p. 17).

Esse movimento de construção da cidade fez surgir os assentamentos residenciais, bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc. O crescimento urbano não respondeu satisfatoriamente a essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Os assentamentos nos centros urbanos no início do século XX apresentavam características de uso comercial, verticalização e adensamento, o que resultou em diversos problemas, como a falta de saneamento básico para atender a população e o trânsito intenso.

Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação de epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período. (MARICATO, 2001, p. 17).

O processo de industrialização impulsionou as primeiras transformações tecnológicas de importância no Brasil. A forte imigração da povoação do sertão para as cidades, faz com que ocorra um grande crescimento das cidades, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse momento surge a mecanização dos meios de transporte urbano, permitindo assim uma expansão das cidades para a periferia, mudando as tipologias de moradias existentes, as antigas chácaras são substituídas por novos bairros.

Surgem também os bairros jardins destinados as classes de alta renda, com uma estrutura que imitava os modelos ingleses, porém não atendia a todas as

necessidades, não havendo preocupação com os espaços e equipamentos coletivos, contudo as casas dos bairros jardins apresentavam vantagens quanto às chácaras e sobrados, com extensos jardins e uma disposição mais livre das peças interiores da moradia.

Inicia-se a construção das vilas operárias¹, destinadas à população menos abastada: Casas e lotes com dimensões pequenas e coladas ao longo de uma rua de acesso, como se vê na figura (FIG. 7) estas vilas eram conjuntos de moradias populares dos trabalhadores de algumas fábricas, e sua construção era realizada pelos próprios donos das indústrias.



Figura 7 - A “Vila Cia. Vidraria Santa Marina”. Décadas de 30 e 40.

Fonte: Folha de São Paulo. REIS, 2001, p. 23.

No centro das cidades, são implantadas novas avenidas e ruas o que possibilitou a incorporação de novas tipologias construtivas, com a exigência de alinhamento das construções sobre a via pública. As diversas favelas começam a ocupar os morros, em que as condições de moradia eram inferiores às dos loteamentos periféricos.

¹ “Alguns conjuntos de habitação popular apresentavam também formas especiais de implantação. Compunham-se de fileiras de casas pequeninas - às vezes mesmo apenas um quarto - edificadas ao longo de um terreno mais profundo, abrindo para pátio ou corredor com feição de ruela. Nesses casos era frequente a existência de um só conjunto de instalações sanitárias e tanques, dispostos no pátio para uso comum. Em certos casos a passagem comum era aberta para a rua de modo franco, uma solução mais encontrada no Rio de Janeiro”. (Reis Filho. 1.997. Pág. 58).

A primeira favela nascida na cidade do Rio de Janeiro localizava-se no antigo morro da Providência no centro da cidade e foi criada pelos soldados que voltaram da guerra dos Canudos.

Em alguns locais as dificuldades sociais e econômicas provocariam o aparecimento de tipos precários de habitação, com padrões ínfimos de higiene e construção, na maioria dos casos sem qualquer forma de organização territorial, senão aquela ditada pelo acaso. Tais seriam as favelas. Malocas, invasões, mocambos, ou favelas, iriam sendo batizadas pelo povo, de formas diversas em cada região que surgiam constantes, porém na indicação da miséria e do calcanhar de Aquiles do urbanismo contemporâneo. (Reis Filho. 1.997. Pág. 70).

No período de 1930 e 1964, um acelerado e intenso processo de industrialização e urbanização no Brasil continuam a avançar. As grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, etc. seguem crescendo sem planejamento. As periferias urbanas permanecem sendo o lugar escolhido pelo povo de baixa classe social para autoconstruir as suas casas.

As mudanças urbanas nas últimas décadas causam uma transformação nos centros históricos, onde os novos prédios de apartamentos, de escritórios e comerciais mantêm uma fortíssima especulação imobiliária.

A arquitetura apresenta um novo parcelamento do espaço urbano, em especial em relação aos locais de serviço que ainda sofriam preconceitos, como até ainda nos dias de hoje. Os conjuntos habitacionais começaram a surgir nessa época para resolver os graves problemas habitacionais das camadas populares, respondendo as administrações públicas (em especial da Prefeitura do Rio de Janeiro). Entre as experiências urbanísticas da época a mais interessante e de maior importância foi o Plano Piloto da Cidade de Brasília, realizada pelo arquiteto Lucio Costa.

Dentre os projetos modernistas de destaque podemos pontuar o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido popularmente como Conjunto Pedregulho², localizado no bairro Benfica, na cidade do Rio de Janeiro, próximo ao centro da cidade. A construção foi realizada entre 1946 e 1952 e nos dias de hoje ainda é modelo e referência quando falamos de habitação popular. O projeto do Conjunto Habitacional

² O conjunto é popularmente chamado “Conjunto Pedregulho” por estar implantado na encosta oeste do morro do Pedregulho.

Pedregulho (FIG.8) constituiu uma das primeiras tentativas de construir habitações social e coletiva no país, deixando clara a opção de prover maior dignidade à classe obreira e servindo como uma espécie de eco do discurso promulgado pelos líderes do movimento moderno europeu, a partir dos anos de 1920.

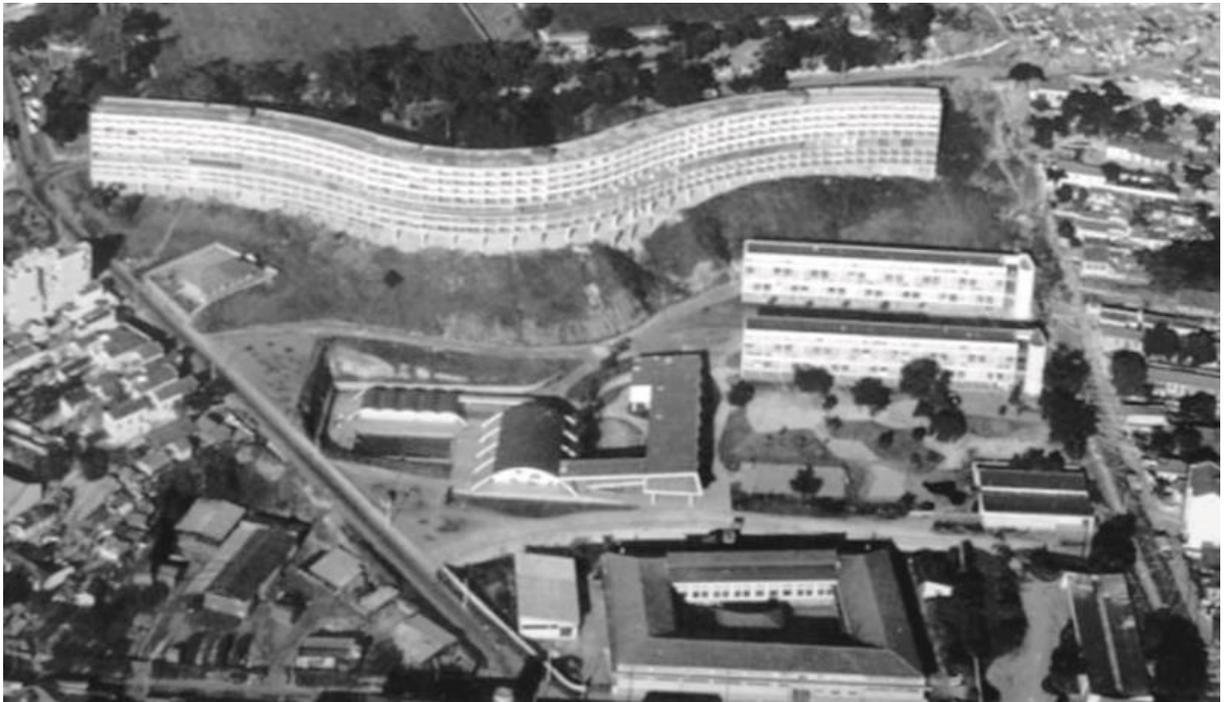


Figura 08. Affonso Eduardo Reidy, Conjunto Residencial do Pedregulho, 1952. Tal conjunto constituiu uma resposta positiva à problemática da habitação popular brasileira, unindo vanguarda compositiva e respeito à natureza do lugar.

Fonte: Affonso Eduardo Reidy, arquitetos brasileiros, Instituto Bo e P. M. Bardi, São Paulo: Blau, 2000, p. 89.

Surge no período da ditadura militar, o Banco Nacional de Habitação (BNH), que durante 22 anos (1964-1986), empregou uma política pública de habitação exclusiva, destinada fundamentalmente à classe média. Os novos conjuntos habitacionais apresentam novas tipologias, agora em prédios de apartamentos ou em casas, porém ainda localizadas nas áreas de periferias das cidades. A ausência de investimento nas moradias das classes populares faz com que o aumento das favelas, cortiços e loteamentos populares fosse continuo nas principais cidades.

As mudanças na arquitetura e urbanismo das cidades implicam no surgimento de grandes prédios (Arranha-céu) de Escritórios e de Apartamentos no centro, e o surgimento de Condomínios de Apartamentos ou de Casas com a implantação de serviços coletivos, dando importância primeiramente à segurança: prédios e conjuntos habitacionais rodeados de altos muros e de sistemas sofisticados de alarmes.

Na última década do século XX, as grandes cidades estabilizaram seu crescimento populacional, mas os dados estatísticos confirmam o aumento de moradia popular tradicional: loteamentos periféricos, favelas e cortiço. As ampliações e a verticalização da moradia popular é a resposta mais comum para o *déficit* (FIG. 9) habitacional do país que, segundo diferentes estudos se situa entre sete e dez milhões de moradias.

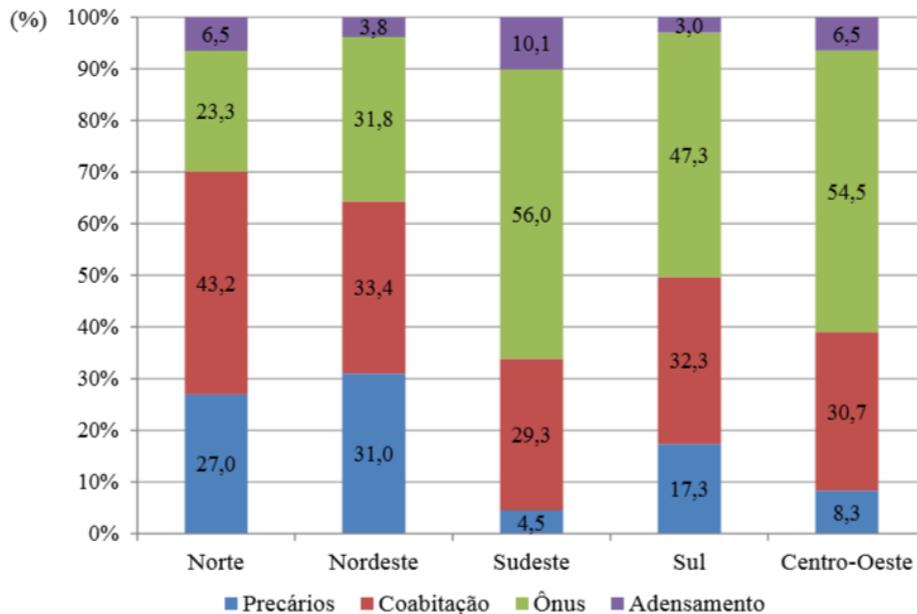


Figura 9 - Composição do déficit habitacional, segundo regiões geográficas – Brasil – 2013

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013. Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Para que os problemas, do *déficit* habitacional, uso inadequado do espaço, saneamento precário entre outros causados pelo crescimento desenfreado fossem solucionados, surgem às reformas urbanas, com o propósito de remover o ambiente construído, criando saneamento básico e embelezamento paisagístico, ações continuavam a excluir a população pertencente ao espaço para as franjas da cidade e morros. As reformas urbanas são importantes não apenas para as áreas de preservação histórica, mas também porque é necessária a renovação, reabilitação, revitalização e/ou requalificação de uma área degradada, quando se torna obsoleta ou apresenta uma subutilização.

A compreensão da evolução do processo de urbanização no Brasil completa-se com a concepção de reforma urbana enquanto intervenção no ambiente urbano, o qual se aborda na próxima subseção.

2.2 Reformas Urbanas

As intervenções em áreas urbanas ambientalmente degradadas, obsoletas ou que apresentam uma subutilização, têm recebido desde meados do século XX uma gama variável de nomenclaturas “re”: revitalização, renovação, requalificação, reabilitação urbana, etc. Tais intervenções são mecanismos contemporâneos para resgatar o ambiente urbano descartado, utilizando das políticas públicas e dos projetos políticos onde estão ancoradas.

O processo de intervenção em áreas urbanas caracterizou-se pela preferência ao novo, demolir e construir para renovar. Na Europa, a ideologia do urbanismo do Movimento Moderno unia-se à prática de reconstrução do pós-guerra. Esse pensamento está conceituado na Carta de Atenas de 1933, e estimulava o zoneamento rígido, propondo quatro funções básicas para as cidades, habitar, trabalhar, recrear e circular - que deviam ser organizadas de forma setorizada, sem acúmulo de funções.

O conjunto de intervenções urbanas em áreas degradadas podem resultar em um processo conhecido como gentrificação. Esse termo pode ser definido de forma simplificada, como a remoção voluntária dos moradores de baixo *status* social, por classes sociais mais abastadas em que:

...O deslocamento vem acompanhado de investimentos e melhorias tanto nas moradias (que são renovadas ou reabilitadas) quanto em toda área afetada, tais como comércio, equipamentos e serviços. Isto implica, portanto, mudanças no mercado de solo e habitacional, de modo que desempenham um papel decisivo os agentes do solo: os proprietários, os promotores, os governos locais, estaduais e as instituições financeiras, assim como também os moradores em regime de propriedade ou de aluguel. (BATALLER, 2012, p. 10).

As reformas urbanas são importantes não apenas para as áreas de preservação histórica, mas também para a renovação, reabilitação, revitalização e/ou requalificação de uma área degradada, demonstra que o processo de requalificação atrelado à evolução urbana, se dá em diferentes experiências no Brasil.

Nesses últimos anos, tem havido um fenômeno mundial de revalorização das áreas urbanas, levando em conta principalmente, o uso da água, desenvolvimento sustentável, ocupação de áreas vazias, requalificação de espaços, otimização da mobilidade urbana destacando as potencialidades paisagísticas, logísticas e imobiliárias (GROSSO, 2008, p. 22).

A ausência desses processos de planejamento urbano aumenta os problemas com o uso de áreas, a desvalorização, o abandono e a marginalização de áreas é importante relacionar o processo de requalificação arquitetônica à evolução urbana, considerando a sua cultura, a utilização socioeconômica.

De uma forma ou de outra, as ações de requalificação têm aparecido em destaque para que se possa compreender toda essa dinâmica urbana contemporânea, ainda mais em se preocupando em assimilar a essa dinâmica todo o valor histórico, cultural e social. (BEZERRA, 2014, p. 4).

Sakata (2007) faz reflexões sobre a participação do arquiteto urbanismo na concepção e implantação de projetos paisagísticos em espaços públicos, “uma miríade de interesses é a realidade complexa que o arquiteto encontra quando se envolve em um projeto paisagístico de porte. Precisa intermediar os anseios de políticos e as necessidades reais da população”. O autor aborda a questão do arquiteto urbanista frente a essas ações, ao afirmar que “Arquitetos são formadores de políticas públicas, seja quando fazem parte de órgãos do governo como quando são contratados para desenvolver projetos. Assim, seus valores passam a integrar programas de governo e discursos políticos”.

[...] Em nome da prática saudável da arquitetura urbanística e paisagística, é preciso que haja uma relação contínua e verdadeira entre governantes e arquitetos propositivos [...] “[...] Estas soluções devem ser continuamente discutidas e avaliadas, para que sejam corrigidos equívocos e efemeridades e para que o arquiteto, urbanista ou arquiteto paisagista dê respostas adequadas à realidade. (SAKATA, 2007, p. 187).

A proposta de uma reforma urbana nas cidades brasileiras foi inicialmente discutida em 1963, em um congresso promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Porém a situação política do Brasil a partir de 1964 constituiu-se um regime político autoritário (Ditadura Militar) que durou até 1984, o que inviabilizou a realização dessas reformas.

Em função do processo de urbanização brasileiro e do déficit de moradia, na década de 1980, as discussões sobre reforma urbana voltam a ser discutidas, abordando os temas relacionados ao planejamento municipal, instrumentos de regulação fundiária e controle de terras urbanas.

Quando se trata de reformas urbanas, é preciso estudar para compreender como funcionam as políticas públicas e as infraestruturas urbanas. Para Villaça (1999-a) as políticas urbanas se baseiam nas ações e propostas de ação do Poder Público sobre o ambiente urbano. Alvim, Castro e Zioni (2010) completam que essas ações ocorrem por meio de metas e diretrizes relacionadas às necessidades e demandas sociais no espaço urbano.

2.2.1 Gentrificação

O fenômeno da gentrificação não possui uma data pré-estabelecida quanto a sua origem. O termo *gentrification* foi definido pela socióloga britânica Ruth Glass pela primeira vez no ano de 1964, quando observou as transformações urbanas que ocorreram em Londres na década de 1960, denominou de gentrificação o processo urbano que inclui a reabilitação de uma área de moradia antiga desvalorizadas pelo mercado. Ao longo das últimas quatro décadas o fenômeno assumiu uma dinâmica acentuada e o fenômeno não ficou limitado às cidades do ocidente europeu, às norte-americanas e às canadenses, e se difundiu mundo afora.

Pode-se definir a gentrificação urbana como o processo que causa a substituição de uma população de baixa renda por uma população com um maior poder aquisitivo, essa mudança social ocorre quando a área urbana passa por um processo de intervenção causando uma valorização da área. Ruth Glass verificou esse efeito em Londres, quando percebeu a mudança espontânea de classe social na área central, a população de baixa renda habitante da área reformada não possuía mais condições

de permanecer no local devido à valorização que a mesma passava a sofrer, conseqüentemente o espaço passava a ser habitado por uma população de classe média.

Os bairros populares que passam pelo processo de gentrificação são transformados em lugares da moda, onde os novos moradores atraem um comércio associado a um gosto mais requintado, como: boutiques, livrarias, delicatessen³, bistrôs, cafés, restaurantes, entre outros.

Assim, o Soho em Nova York foi ocupado por artistas; o Covent Garden em Londres, transformado em área turística; o Marais em Paris, transformado em reduto de artistas; os bairros históricos centrais de Toronto e os antigos conjuntos habitacionais de Roma, ocupados por famílias com novas composições (pais solteiros); bairros de San Francisco e Nova York apropriados por minorias gays (MONTEIRO e LIMEIRA, 2008, p. 267).

Nas cidades brasileiras o fenômeno de gentrificação é marcado por três características: induzida pelo poder público; acarreta processo de exclusão social e tem adesão parcial ou de frequência por parte das classes de renda média e alta.

2.2.2 Re: Revitalizar, Renovar, Requalificar, Refuncionalizar, Reabilitar

Nos processos de intervenções urbanas degradadas, são utilizadas algumas nomenclaturas, as mais comuns são: revitalização, renovação, requalificação e reabilitação. É fundamental que sejam definidos esses mecanismos para conhecer suas diferenças e peculiaridades, assim poderá ser feita uma análise comparativa de métodos utilizados e resultados atingidos.

Os RE's surgiram na década de 1960, com ações que reconheceram o valor histórico e cultural de lugares com preexistências significativas; os termos reabilitação, revitalização, requalificação, entre outros, passaram a denominar os planos urbanísticos.

Nesses últimos anos, tem havido um fenômeno mundial de revalorização das áreas urbanas, levando em conta principalmente, o uso da água, desenvolvimento sustentável, ocupação de áreas vazias, requalificação de

³ Uma delicatessen é uma loja que vende comidas finas e iguarias.

espaços, otimização da mobilidade urbana destacando as potencialidades paisagísticas, logísticas e imobiliárias (GROSSO, 2008, p. 22).

No século XX o filósofo Foucault criou o conceito da medicina social que, segundo o autor, é dividida em três etapas para a formação da medicina social: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina da força de trabalho. A medicina urbana surge na Europa já nos fins do século XVIII, na França tomando formas distintas de ações em cada país.

A classe burguesa, nesse período ainda fora do exercício do poder, passa a utilizar, como estratégia, um modelo político inspirado nas medidas tomadas na Idade Média por ocasião da peste: o modelo da quarentena. Este consistia em um plano de urgência a ser aplicado quando a peste ou outra doença epidêmica violenta aparecesse. Os procedimentos adotados simultaneamente eram confinamento, vigilância, registro centralizado, desinfecção e divisão do espaço para inspeção (VASCONCELLOS; MELLO, 2009).

A medicina urbana, assim denominada por Foucault, nada mais é que o aperfeiçoamento do modelo da quarentena identificado por três grandes objetivos:

- a) Análise dos lugares de "amontoamento", confusão e perigo.
- b) Controle e estabelecimento da circulação da água e do ar para "manter o bom estado de saúde da população".
- c) Organização dos diferentes elementos necessários à vida comum da cidade (esgotos, fontes, cemitérios).

Os métodos praticados na medicina urbana serviram como instrumentos para as intervenções nas cidades desse tempo, consolidando-se no século XIX. Com o crescimento populacional, a palavra de ordem era a "higienização": aparecem então os primeiros planos de renovação urbana.

O exemplo clássico é a reforma de Paris, realizada por Haussmann (1851-1870), onde a cidade foi organizada com a abertura de largas avenidas, estendendo os limites do território urbanizado e destruindo grande parte da estrutura preexistente. No Brasil, a reforma realizada no Rio de Janeiro (1903-1906), então capital do país, pelo prefeito Pereira Passos é um exemplo desse tipo de intervenção (VASCONCELLOS; MELLO, 2009).

No século XX, mais precisamente na década de 1930, surge uma preocupação com o reconhecimento das expressões culturais, levando as organizações internacionais a elaborar cartas patrimoniais com a finalidade de desenvolver critérios que levariam a solução de problemas relacionados à preservação e à conservação desses novos patrimônios.

Em 1964 diversos países se reuniram na cidade de Veneza para o Segundo Congresso de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que deu origem à Carta de Veneza de 1964, que ampliou o conceito de monumento histórico a todo conjunto representativo, mesmo modesto, que fosse considerado testemunho de evoluções, fatos históricos ou civilizações.

Art. 1 - O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo.

A preservação do tecido urbano passa a ser considerada e valorizada. As demolições foram aos poucos sendo substituídas por ações que recuperassem os imóveis fisicamente e mantivessem a população de origem no seu *habitat*. A atitude de reconhecimento trouxe um novo conceito para as intervenções e surgiram diversos termos com significados similares como valorização, revitalização e reabilitação.

Em 1995 surge a Carta de Lisboa, que trata sobre a reabilitação urbana integrada, com o intuito de nomear tipos de intervenção e já direcionada para os temas urbanos. Os conceitos renovação, reabilitação e revitalização urbanas foram assim definidos:

- Renovação urbana - intervenção urbana para ser aplicada em tecidos urbanos degradados que não apresenta valor como patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar. Implica na demolição de estruturas morfológicas e tipológicas e a substituição destas por tipologias arquitetônicas contemporâneas;
- Reabilitação urbana - estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as

potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito;

- Revitalização urbana - engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas.
- Requalificação urbana - Aplica-se, sobretudo a locais funcionais da “habitação”; trata-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual.

O avanço científico e conceitual do processo de intervenção urbana, consubstancia-se nos dias de hoje, no Brasil, na sua política de desenvolvimento urbano que explicita na subseção seguinte.

2.2.3 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Trata-se de um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos construídos democraticamente, o contexto da 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003, com o intuito de nortear os investimentos em habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana, transporte e trânsito, bem como promover uma política fundiária e imobiliária excludente e fortalecer institucionalmente os municípios brasileiros.

2.2.4 Políticas Urbanas e Infraestruturas Urbanas

Infraestrutura Urbana pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções serem vistas sob os aspectos social, econômico e institucional. Sob o aspecto social a infraestrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, saúde, educação, lazer e segurança. No que se refere ao aspecto econômico, infraestrutura urbana deve propiciar o desenvolvimento das atividades produtivas, isto é, a produção e comercialização de bens e serviços. E sob o aspecto institucional entende-se que a infraestrutura urbana deva propiciar os meios necessários

ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade (Zimitrovicz, Neto, 1997, p.5).

O Brasil é o 4º país com maior população urbana no mundo, sua urbanização aconteceu de forma rápida, em 50 anos passou de um país rural para um país urbano e atualmente cerca de 90% da população mora nas cidades, sendo maior nas 12 metrópoles. Essa mudança promoveu um processo de urbanização injusto e desigual, com o agravamento dos quadros de exclusão social, segregação, marginalização e violência urbana, com consequências ainda atuais para nossos habitantes e nossas cidades.

Segundo Santos (1993) no final do século XIX, o Brasil possuía 10% de sua população em cidade. Considerando o território americano, o Brasil já apresentava cidades com grande porte desde o período colonial. Porém são nas primeiras décadas do século XX, que o processo de urbanização começa a se consolidar, tendo como principal fator à industrialização, encadeando o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana, conhecido como êxodo rural.

O Brasil, assim como os demais países da América latina, apresentou um acelerado processo de urbanização, em uma proporção superior ao dos países desenvolvidos, tornando-se uma grande novidade. No segundo quartel do século XX, a população urbana brasileira era de 26,30% do total, em 2000 ela era de 81,20%. Em números absolutos, observa-se esse crescimento populacional, ao comparar o fato de que em 1940, a população urbana representava 18,8 milhões de habitantes e, em 2000, ela era de aproximadamente de 138 milhões.

Atualmente o Brasil possui uma população urbana entre as maiores do mundo, ocupando 4º lugar no *ranking*. O processo rápido e intenso de urbanização no Brasil criou um quadro de exclusão social, segregação, marginalização e violência, este cenário apresenta consequências ainda atuais para nossos habitantes e nossas cidades que sofrem com a desigualdade.

Todos esses fatores contribuíram para o surgimento da mobilização urbana, as pessoas reivindicavam melhores condições de moradia, regularização de loteamentos clandestinos, implantação de serviços públicos para a população, infraestrutura para as favelas e franjas das cidades, visando reverter e/ou minimizar as desigualdades

sociais. Surge a partir daí um processo de reforma urbana e dentre várias conquistas resultou na criação de diversas Políticas Urbanas e no Estatuto das Cidades.

As Políticas Urbanas no Brasil surgiram com a nova Constituição Brasileira de 1988, em que a legislação 6.766 dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências, onde o capítulo II trata sobre Política Urbana (art. 182 e 183). Os artigos 182 e 183 estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

As Políticas Urbanas têm como cunho, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, envolvendo transporte público, saneamento, calçamento, empregos, lazer e deve integrar todas as políticas setoriais. Através de mecanismos que valorizarem a presença do homem na cidade as políticas públicas promovem com mais eficiência e equidade o uso dos recursos naturais e o controle ambiental da cidade, permitindo que o desenvolvimento seja sustentável.

Elaborar planos, programas e ações com definições sobre onde serão utilizados, os instrumentos e os objetivos a serem alcançados, é o que estabelece a lei das Políticas Urbanas. Assim pode-se promover o desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes. Pode-se destacar alguns programas, entre eles: Minha Casa Minha Vida, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

O Plano Diretor e Perímetro Urbano são os instrumentos que regulam os processos de crescimento e desenvolvimento urbano. O zoneamento e Parcelamento do solo urbano são instrumentos que regulam o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano. Programas de regularização de favelas e loteamentos clandestinos são instrumentos que tratam da regularização de áreas urbanas informais e os instrumentos que regulam o licenciamento e o zoneamento ambiental.

2.2.5 Estatuto da Cidade

Denominada Estatuto da Cidade, esta lei 10.257 que entrou em vigor no ano de 2001, foi criada para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano, assegura aos municípios a utilização disciplinada da propriedade, além de outras diretrizes do meio ambiente artificial. O

Estatuto da Cidade democratiza a gestão das cidades brasileiras e estabelece a função social da propriedade, e com as diretrizes do atual governo, que recomenda a inclusão social com gestão participativa e democrática.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Brasília, 10 de julho de 2001; 180o da Independência e 113o da República).

O Estatuto apresenta instrumentos da política urbana como, por exemplo, o plano diretor, disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, zoneamento ambiental, plano plurianual, gestão orçamentária participativa, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, entre outros.

A criação dessa lei mudou o cenário no Brasil e representou um marco na história das políticas urbanas e regionais. Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que são coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional, também representam um marco para o Brasil.

2.2.5.1 Plano Diretor

O Plano Diretor é importante instrumento para o desenvolvimento econômico do municipal. Através dele as diretrizes do Estatuto das Cidades serão utilizadas pelos municípios de acordo com suas características regionais. Segundo o Artigo 40 do Estatuto das Cidades, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município, ou seja, ele é a base para o planejamento municipal.

Através do estabelecimento de princípios, diretrizes e normas, o plano deve fornecer orientações para as ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento urbano. Ele deve explicitar de forma clara qual o objetivo da política urbana.

De acordo com as diretrizes expressas no Estatuto, os Planos Diretores devem contar necessariamente com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, não apenas durante o processo de elaboração e votação, mas, sobretudo, na implementação e gestão das decisões do

Plano. Assim, mais do que um documento técnico, normalmente hermético ou genérico distante dos conflitos reais que caracterizam a cidade, o Plano passa a significar um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território.

3 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1 Estudo de Caso 01: Parque Villa Lobos – Rio de Janeiro

Endereço: Cidade: São Paulo; Estado: SP; País: Brasil.

Classificação/tipologia: Praças e parques

Área Terreno: 754.000 m²

Datas: projeto/obra/inauguração: Projeto de 1989 e inauguração em 2006.

Autor do projeto e colaboradores: Decio Tozzi

O Arquiteto Decio Tozzi nasceu em São Paulo em 1936, graduou no ano de 1960 pela Universidade Mackenzie e se tornou mestre em Estruturas Ambientais Urbanas em 1967 pela FAU-USP.

Trata-se de um parque urbano que foi implantado em uma área degradada, no ano de 1987, ano de comemoração do centenário de nascimento do maestro e compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos, foram apresentados os primeiros estudos por Décio Tozzi para à implantação de um parque temático contemporâneo na área, onde hoje está o Parque Villa-Lobos (FIG. 10 a 11).

A implantação do Parque Villa-Lobos, em um vazio urbano de São Paulo trás o conceito de um parque contemporâneo onde haja a integração do espaço público e a população local, utilizando de equipamentos que proporcionariam atividades de lazer, cultura e esporte. Pode-se observar que o parque é uma importante área da cidade, onde dispõe valores paisagísticos e culturais, tendo como prioridade a circulação dos pedestres e ciclistas. Seus espaços são planos e acessíveis, sendo pensado de modo que todos os usuários possam circular e utilizar dos equipamentos.

No parque foi implantada, ciclovia, quadras, campos de futebol, “*playground*” e bosque com espécies de Mata Atlântica. A área de lazer inclui ainda aparelhos para ginástica, pista de *cooper*, tabelas de “*street basketball*” e um anfiteatro aberto com 750 lugares, sanitários adaptados para portadores de necessidade especiais (PNE) e lanchonete. Avalia-se que durante a semana cerca de 5 mil pessoas a cada dia utilizam do parque e aos finais de semana cerca de 20 mil visitantes e aos feriados 30 mil (FIG. 12 a 18).

Como contribuição para a proposta projetual a ser apresentada, destaca-se neste parque a funcionalidade e diversidade dos variados espaços públicos de convivência, lazer e contemplação. Os espaços apresentam um caráter esportivo, cultural e ambiental, são repletos de passeios, mobiliários e equipamentos, que convidam as pessoas a ocuparem o local de maneiras diferenciadas.

Além disso, em vários trechos, o parque incorpora elementos destinados a realização de esporte, aspecto que se verá no contexto da área da proposta. Apresenta também um cunho ambiental que para a atual situação urbana torna-se fundamental, promove espaços que aproximam os visitantes de espécies nativas e aguça o interesse da população pela fauna e flora, aspecto que estará presente na proposta de restauro florestal.



Figura 10 – Vista do terreno antes da implantação do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: <http://parquevillalobos.sp.gov.br/historico/>

“Propusemos um parque temático musical, moderno e que tivesse muito mais do que áreas verdes, mas também equipamentos destinados ao sensível conhecimento da música como uma homenagem ao maestro e compositor Heitor Villa-Lobos” (Tozzi).



Figura 11 – Vista aérea do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237



Figura 12 – Ao fundo a área onde foram plantadas as palmeiras e as áreas de estar do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: <http://parquevillalobos.sp.gov.br/fotos/>



Figura 13 – Ao fundo a área onde foram plantadas as palmeiras e as áreas de estar do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237

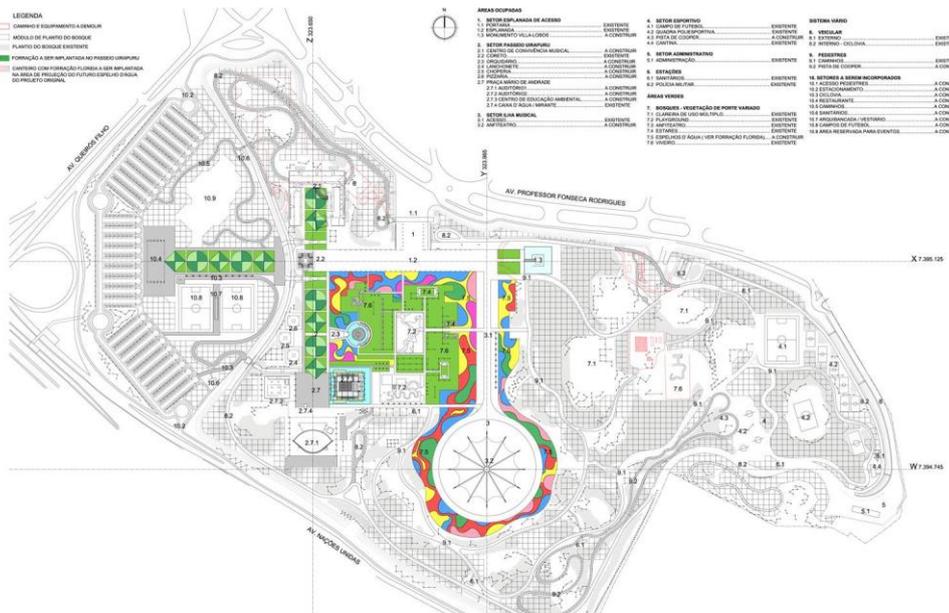


Figura 14 – Implantação do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237

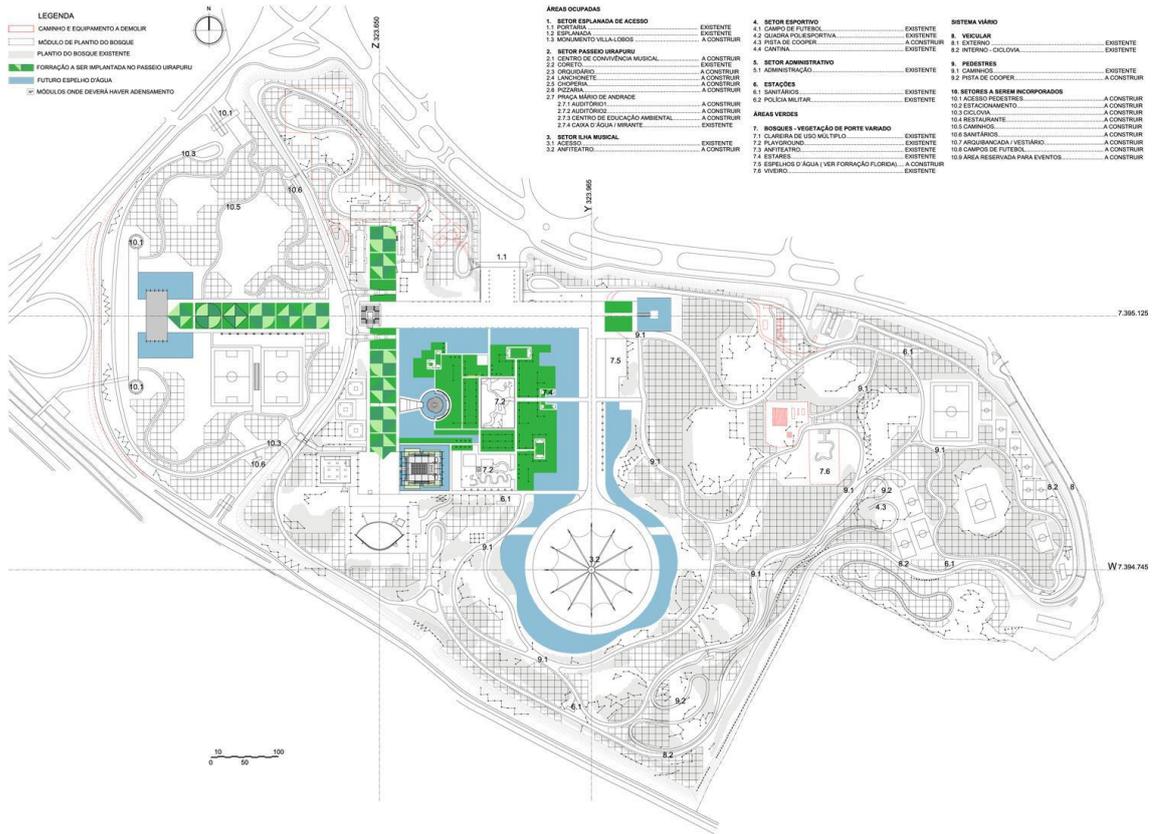


Figura 15 – Implantação do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237



Figura 16 – Ilha musical com auditório ao ar livre do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237



Figura 17 – Projeto do Orquidário no Parque Villa-Lobos: uma nova sede das oficinas sobre meio ambiente e os cuidados necessários ao cultivo de plantas

Fonte: http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/decio-tozzi_/parque-villalobos/237



Figura 18 – Área de circulação entre as espécies arbóreas do Parque Villa-Lobos, São Paulo.

Fonte: <http://parquevillalobos.sp.gov.br/fotos/>

3.2 Estudo de Caso 02: Parque Madureira Rio + 20 – Rio de Janeiro

Endereço: Bairro Madureira; Cidade: Rio de Janeiro; Estado: RJ; País: Brasil.

Classificação/tipologia: Praças e parques

Área Terreno: 10.9 ha

Datas:projeto/obra/inauguração: Projeto de 2011; construção em 2012 e inauguração em 2012.

Autor do projeto: Ruy Rezende

Outra referência é o Parque Madureira da cidade do Rio de Janeiro, que foi implantado no terreno remanescente da compactação das linhas de alta tensão da *Light*, em uma faixa com cerca de 1.300m de extensão (FIG. 19). Localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro região mais densamente povoada da cidade, com o clima mais agressivo e com grande carência de áreas de lazer, sua área faz com que o parque seja o terceiro maior da cidade. Em Madureira, os cariocas de todas as regiões e idades se encontram em um ambiente que reúne música, lazer e entretenimento (FIG. 20).

Com 2,15 km de extensão, o Parque Madureira foi inaugurado em 2012 e, desde então, atrai as turmas do samba, ritmo popular do local, além do *skate*, do *hip-hop* e das famílias que utilizam o espaço para praticar atividades físicas, para caminhar, se encontrar ou simplesmente contemplar a beleza do local. O parque apresenta um conjunto formado de lazer (24%), cultura (20%), meio ambiente (28%) e esporte (28%) (FIG. 23). A implantação destes foi realizada através da execução de Espaço para o lazer, Praça do Samba, Centro de Educação Ambiental, entre outros recursos que valorizam a comunidade (FIG. 21 a 25).

Como contribuição para a proposta projetual a ser apresentada, destaca-se neste parque o enfoque a cultura a lazer, utilizando de espaços com água, palco para apresentações, arquibancada, praça seca para eventos efêmeros, entre outros, que apresentam passeios, mobiliários e equipamentos, que convidam as pessoas a ocuparem o local de maneiras diferenciadas.



Figura 19 – Vista aérea noturna do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842



FIGURA 20 - PARQUE MADUREIRA

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842

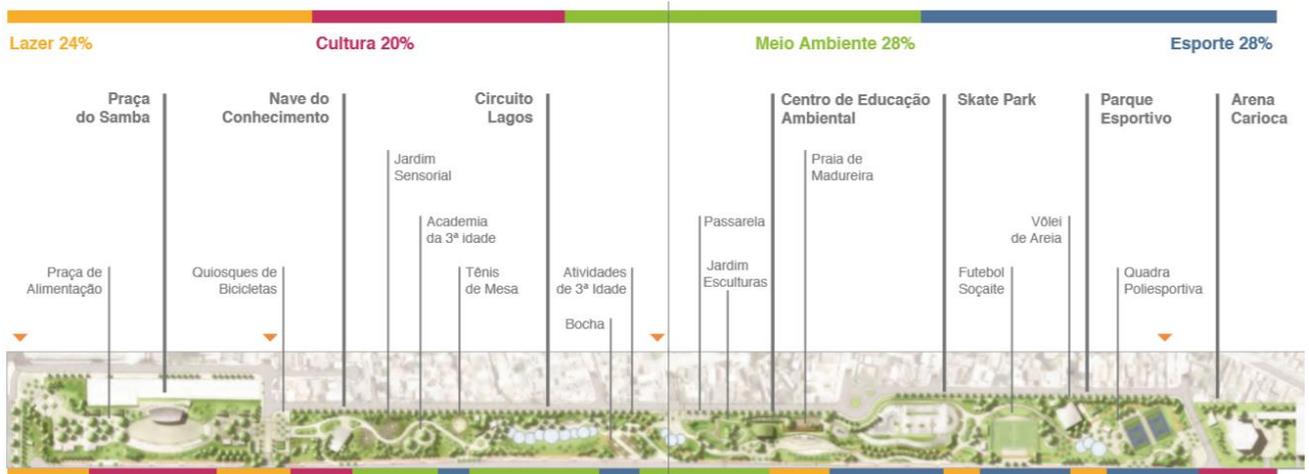


Figura 21 – Proposta Projetual do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842



Figura 22 – Palco da Praça do Samba do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842



Figura 23 – De fundo o Centro Educacional Ambiental do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842



Figura 24 – Cobertura ajardinada do Centro Educacional Ambiental do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842



Figura 25 – Circuito dos lagos do Parque Madureira, Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842

3.3 Estudo de Caso 03: Praça Victor Civita/Museu Aberto da Sustentabilidade – São Paulo

Endereço: Cidade: São Paulo; Estado: SP; País: Brasil.

Classificação/tipologia: Praças e parques

Área do terreno: 13.648 m²

Área construída 2.394 m² (área coberta); 2.074 m² (deque de madeira); 1.668 m² (deque de concreto).

Datas: projeto/obra/inauguração: projeto de 2006; construção em 2008 e inauguração em 2008.

Autor do projeto: Levisky Arquitetos Associados

A Praça Victor Civita foi implantada na área onde funcionou o Incinerador Pinheiros (FIG. 26), também conhecido como Sumidouro, para que pudesse funcionar como uma praça teve que passar por um processo cuidadoso de descontaminação do local.

O projeto é todo pensado a partir de um terreno contaminado, onde as pessoas não poderiam ter contato direto com o solo, com isso foi proposto um deck elevado de madeira certificada, com estrutura metálica de sustentação. O deck se estende em todo o terreno, de modo a impedir o contato com o solo contaminado (FIG. 27 a 30).

O projeto da praça apresenta ainda arena coberta para shows e apresentações culturais, arquibancada, banheiros, Centro da Terceira Idade, Oficinas das crianças, Playground, espaço para ginástica e jardins suspensos (FIG. 31).

Sua área recuperada da degradação e contaminação tornou-se Museu Vivo, criando uma um espaço onde a população tem a oportunidade de aprender e refletir sobre processos de construção sustentáveis, economia energética, e responsabilidade socioambiental (FIG. 32).

As contribuições desse projeto para a proposta projetual a ser apresentada, destaca-se no lazer, esporte e educação, promovendo espaço para apresentações e arquibancada, caminhos para cooper, e centro de convivência. Os mobiliários apresentarão revestimentos em madeira certificada assim como da praça, criando um ambiente mais acolhedor, que convidam as pessoas a ocuparem o local.



Figura 26 – Vista aérea da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>



Figura 27 – Deck em madeira da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>



Figura 28 – Deck em madeira da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>



Figura 29 – Maquete da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>

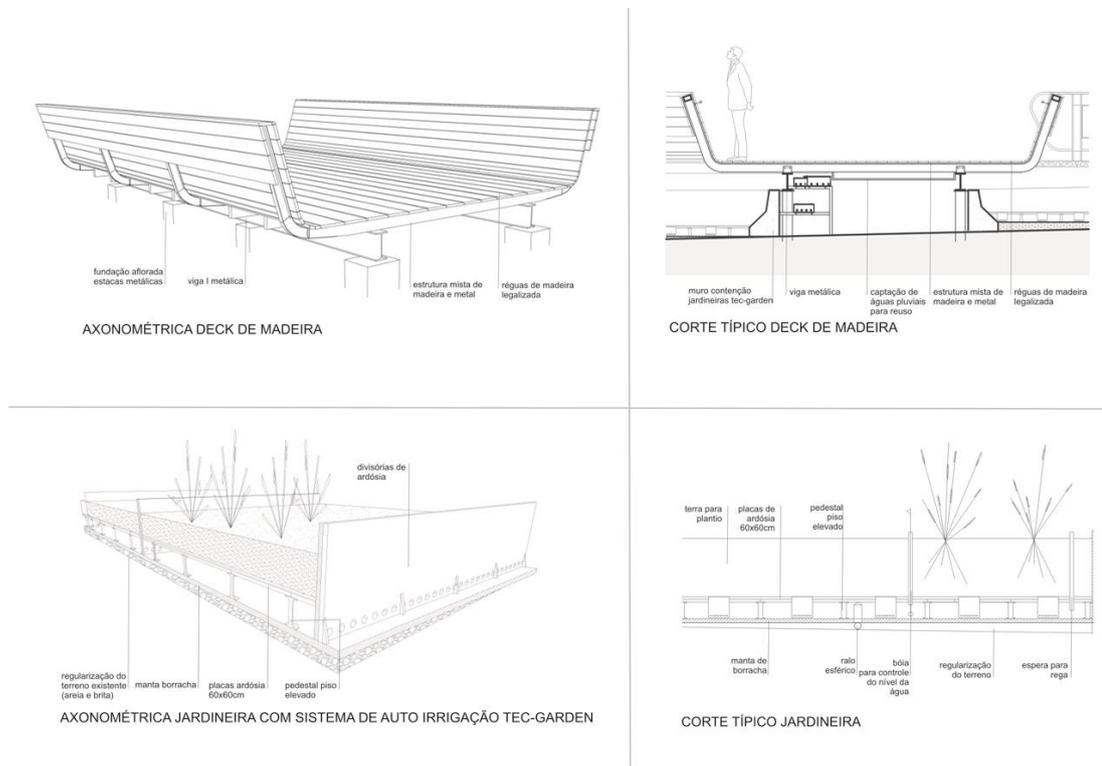


Figura 30 – Sistema esquemático do deck em madeira da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>



Figura 31 – Projeto Arquitetônico da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>

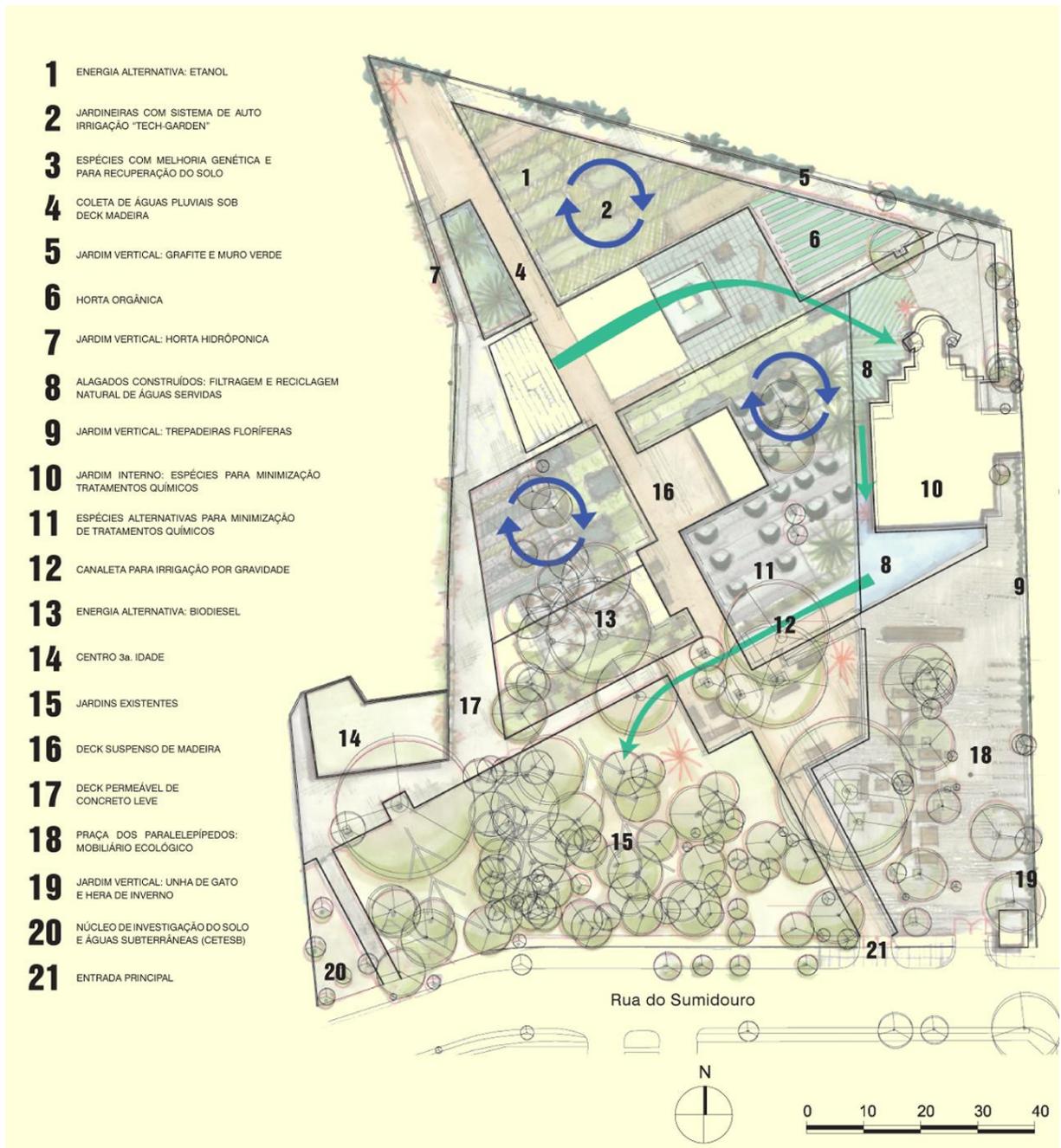


Figura 32 – Projeto Arquitetônico da Praça Victor Civita – São Paulo.

Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>

4 ANÁLISE DO TERRENO

O entorno é sinônimo de área envoltória que circunda a área de intervenção, conformando uma paisagem que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis, móveis, naturais e artificiais. São aptos a integrarem o entorno, além dos imóveis que envolvem a área de intervenção, todos os elementos que compõem um determinado espaço urbano ou construído tais como o mobiliário urbano, a pavimentação, cartazes e painéis publicitários e o meio natural (vegetação, topografia do terreno). As áreas de entorno – também designadas como circundantes ou envoltórias – encarnam espaços geográficos que, mesmo não sendo eles próprios portadores de valor cultural, exercem uma influência direta na conservação e desfrute do espaço que será intervindo.

4.1.0 Aspectos Geográficos e Naturais

Localização Geográfica: Região Sudeste do Brasil, no estado de Minas Gerais.

População Estimada 2016: 133.384

População 2010: 123.081

Área da unidade territorial (Km²): 395.396

Densidade demográfica (hab/Km²): 311.29

Bioma: Mata Atlântica

Clima: Tropical

4.1.2 Clima

O clima da região é do tipo tropical temperado húmido com Inverno seco e Verão temperado. De acordo com a classificação de Koppen, enquadra-se no tipo Cwb⁴, ou seja, subtropical moderado úmido.

4.1.3 Relevo

O relevo do município é bem diversificado, verificando-se desde uma topografia com declives suaves até o relevo de aclives mais vigorosos, com o afloramento de maciços montanhosos muito acidentados. O território é 4% plano, 80% ondulado e 16% montanhoso. (FIG. 33).



Figura 33 - Afloramento de para gnaisse biotítico em Varginha (MG).

Fonte: IBGE.

⁴ Cwb - clima temperado marítimo/clima tropical de altitude (regiões serranas como: Sul de Minas Gerais / regiões serranas de São Paulo e Rio de Janeiro, região do Caparaó Espírito Santo Minas Gerais Brasil) (chuvas no verão).

4.1.4 Vegetação

Com o clima do local tropical a cobertura vegetal era a tropical, campo-cerrado, com matas tropicais nas encostas das nascentes. Devido à extensa atividade cafeeira e outras atividades, como extrativismo vegetal e culturas como o milho a vegetação foi devastada. Mas a maior parte do município foi recoberta com pastagens naturais. O Bioma Mata Atlântica é um dos mais ricos do mundo em espécies da flora e da fauna. Sua vegetação é bem diversificada e é representada pela peroba, ipê, quaresmeira, cedro, jambo, jatobá, imbaúba, jequitibá-rosa, jacarandá, pau-brasil, entre outras. Esses dois últimos (jacarandá e pau-brasil) são o principal alvo da atividade madeireira, fato que ocasionou sua redução e quase extinção (FIG. 34).



Figura 34 - Vegetação na margem da estrada em Varginha (MG) – 1958.

Fonte: IBGE.

4.1.5 Hidrografia

A bacia hidrográfica do rio Verde (FIG. 35) situa-se na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas possuindo área de drenagem de 6.891,4 km², integrando a bacia hidrográfica

do rio Grande. A bacia hidrográfica do rio Verde constitui a Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH) GD4, sendo que sua área corresponde a 4,25% da área total da bacia do rio Grande.



Figura 35 - Rio Verde em uma garganta de gnaiss em Varginha (MG).

Fonte: Acervo pessoal.

4.2 Aspectos Físicos

O objeto de estudo, A Praça da Mina (FIG.36 a 37), localiza-se na zona urbana da cidade de Varginha, no Birro Campos Elíseos. A área de requalificação possui uma ocupação residencial e de baixa densidade. Concentram-se pouquíssimos estabelecimentos com usos não residenciais, são eles: comerciais, institucionais, industriais e galpões. As ocupações residenciais apresentam uma volumetria com no máximo 3 pavimentos, onde na sua grande maioria possui 2 pavimentos.



Figura 36- Mapa de uso.

Fonte: Acervo pessoal.

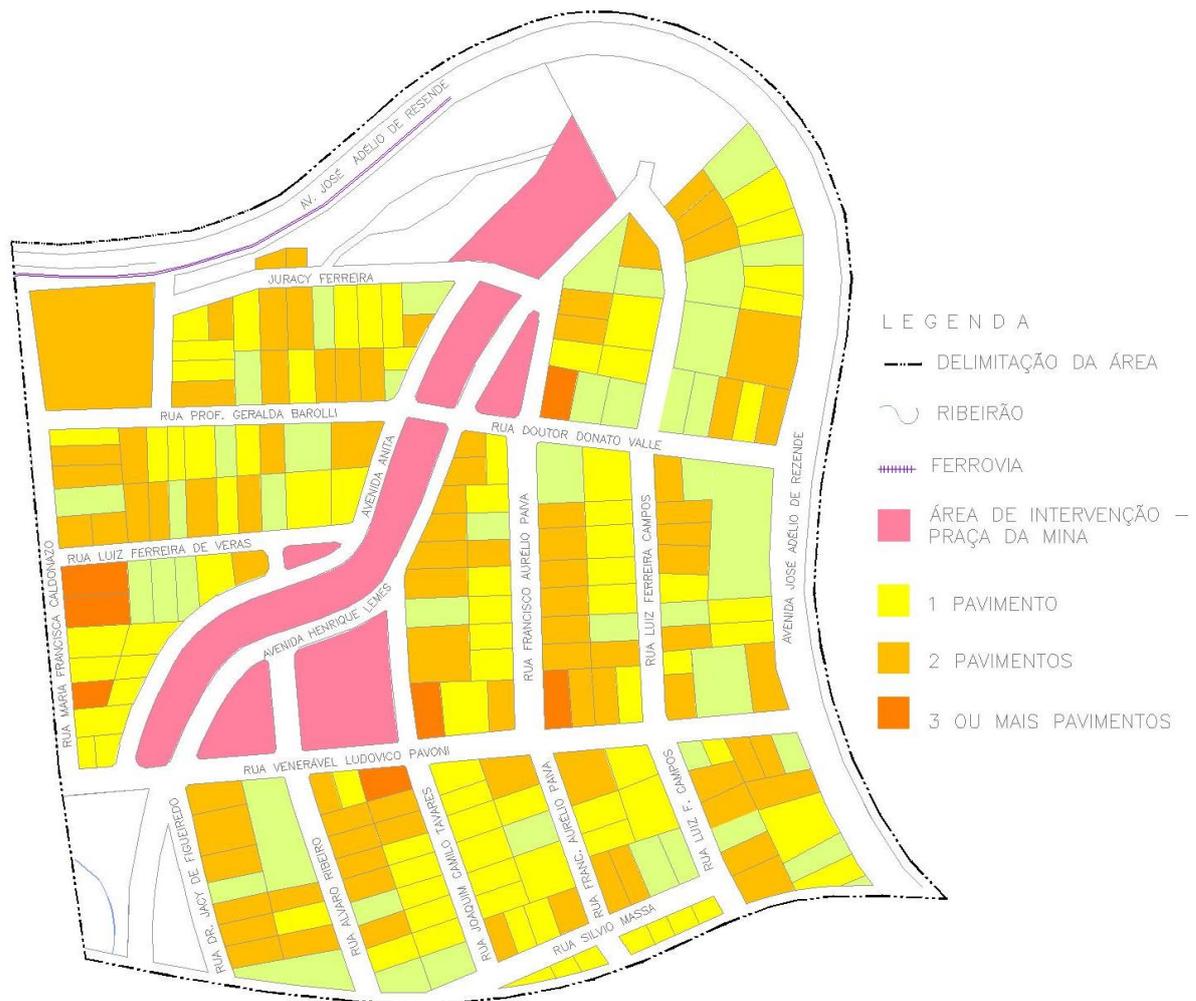


Figura 37- Mapa de gabarito.

Fonte: Acervo pessoal.

As ruas no perímetro da área de requalificação possuem leve fluxo de veículos, são ruas secundárias dos bairros Campos Elíseos e Vila Mendes. As vias arteriais atravessam os bairros do entorno e apresentam maior fluxo de veículos, pois a população prioriza a utilização dos automóveis como mobilidade para chegar a locais importantes e próximos a Praça da Mina, são eles: a COPASA, as Industrias próximas (Moinho Sul Mineiro e Cooperativa dos Cafeicultores), a Prefeitura, entre outros. O principal acesso a praça se dá por meio de uma via arterial, chamada de Rua Aracy Pinto Paiva, como pode-se observar abaixo (FIG. 38).



Figura 38 - Mapa de acesso e principais vias.

Fonte: Acervo pessoal.

A partir do mapa abaixo pode-se observar a deficiência quanto a mobiliário urbano que a região da praça apresenta. A análise feita a partir deste levantamento mostrou um número insuficiente de lixeiras, telefones públicos, bancos e iluminação; além disso, os que existem estão em más condições de uso. A iluminação atual da praça não proporciona segurança aos usuários, esse aspecto faz com que o espaço não tenha um uso noturno, com algumas exceções quando os jovens vão a praça para realizar luau. (FIG. 39)

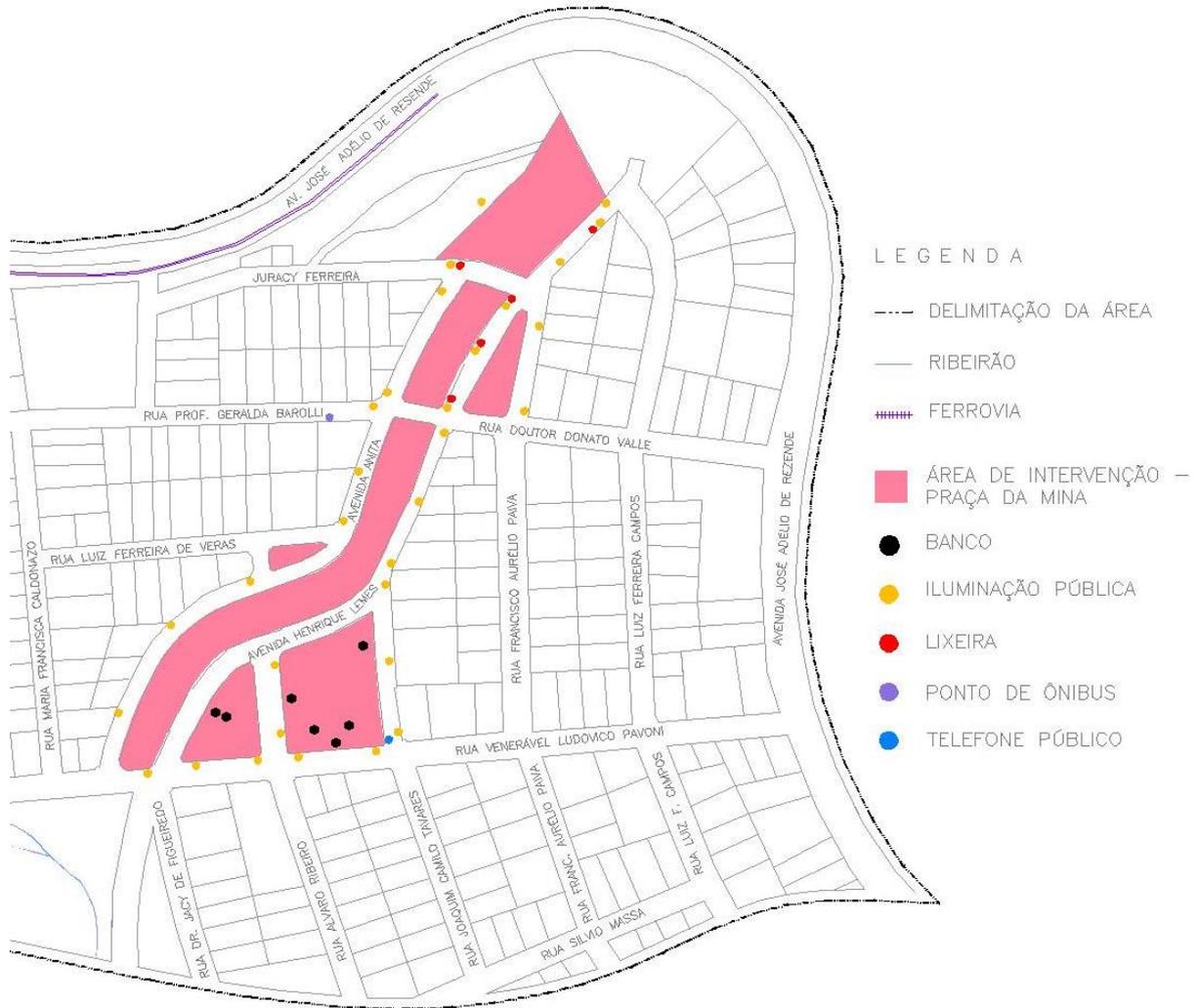


Figura 39 - Mapa de Mobiliários Urbanos – Varginha – MG.

Fonte: Acervo pessoal.

Quanto as características físicas da praça, esta possui formato irregular e com aproximadamente 800 m de perímetro, apresenta um terreno com curvas de níveis acentuadas, as principais ruas e avenidas que passam pela praça são: Rua Anita Botrel Sales, Avenida Henrique Lemes, Rua Araci Pinto Paiva e Avenida José Adélio de Resende. Na figura 40 apresenta-se na praça com seu entrono, vias e as curvas de nível.



Figura 40 – Topografia do terreno

Fonte: Acervo pessoal.

A figura 41, apresenta a vista de um dos pontos mais alto da Praça da Mina, pode-se observar a área em sua condição atual, a ausência de paisagismo e mobiliários, além de pouca arborização. O local onde a imagem foi tirada é muito utilizada pelas crianças para escorregar nos taludes, condição aproveitada pela inclinação do terreno.



Figura 41 – Topografia do terreno

Fonte: Acervo pessoal.

A Mina de água localizada na Praça Anna Jarvis (APP) pode ser acessada pela Rua José Adélio de Resende muito utilizada para realização de caminhadas e corridas, cerca de 20 metros acima do nível da mina (FIG. 49). Na figura 31 pode-se analisar as condições desse acesso, com piso intertravado, um caminho estreito, ausência de guarda-corpo e com inclinação superior a 8,33%.



Figura 42 – Topografia do terreno

Fonte: Acervo pessoal.

A arborização na praça Anna Jarvis é bastante densa (FIG 50) com árvores de porte médio e grande que proporcionam uma área ampla sombreada, a vegetação em sua maioria é nativa, há também muitas plantas e árvores cultivadas pela própria população.



Figura 43 – Topografia do terreno

Fonte: Acervo pessoal.

Na figura 44 pode-se ver o acesso para a Mina de água, com o mesmo piso intertravado, atualmente o local é cercado, porém aberto sem restrições, o entorno não oferece mobiliários ou equipamentos de apoio aos usuários que estão lá durante todos os dias para abastecer seus galões de água.



Figura 44- Acesso para a Mina de água.

Fonte: Acervo pessoal

A praça da Paz (linear) não apresenta calçamento em toda sua extensão, apenas em algumas áreas, fazendo com que as pessoas utilizem a grama para pisoteio, além de não apresentar condições viáveis de uso aos usuários portadores de deficiência (FIG. 45 a 46). O meio fio está implantado em toda a praça, porém sua condição está comprometida, pela falta de manutenção e instalação inadequada, apresentando seções quebradas (FIG. 47). Pode-se observar que grama esmeralda é a forração predominante em toda sua extensão, não havendo trabalho paisagismo e acessibilidade. (FIG. 48).



Figura 45 – Vista da pavimentação da Praça da Mina na cidade de Varginha.

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 46 – Vista da pavimentação da Praça da Mina na cidade de Varginha.

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 47 - Vista do meio fio da Praça da Mina na cidade de Varginha.

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 48 - Vista do meio fio da Praça da Mina na cidade de Varginha.

Fonte: Acervo pessoal.

5 PROPOSTA PROJETUAL

5.1 Programa de Necessidades

A elaboração de um programa e o dimensionamento de um equipamento urbano como uma praça surgem das necessidades da comunidade, das perspectivas dos usuários e das análises técnicas do local. É importante analisar questões sociais e culturais, para a concepção dos espaços e organização de setores e fluxos. Dessa forma, com base nessas informações, nos estudos de casos chega-se ao seguinte programa:

- Centro de Convivência
- Praça das Crianças
- Lanchonete
- Sanitários
- Praça Seca
- Arquibancada de apoio
- Restauro florestal
- Restruturação da Mina
- Estacionamento
- Academia
- Ciclovia
- Pista de corrida

5.2 Conceito

A intenção é resgatar o convívio das pessoas com as praças da cidade, tornando a Praça da Mina um marco, um espaço vivo e dinâmico, e notado pela constante presença de pessoas usufruindo dos seus espaços, assim, permitindo a comunidade um sentimento de pertencimento pela praça da Mina.

5.3 Partido

A proposta conta com uma implantação que se organiza no terreno de forma heterogênea, transformando o espaço em um ambiente lúdico e agradável. A

inclinação do terreno foi respeitada para que pudéssemos alcançar um maior aproveitamento do solo.

5.4 Setorização

Desta forma, o esquema abaixo da setorização permite uma visualização geral dos setores, e suas disposições, facilitando o planejamento dos espaços. Com o estudo setorial da praça, têm-se a base para projetar espaços racionais e adequados.

Assim, na figura 41 contém o esquema da setorização proposto para a área de intervenção, no qual permite a visualização geral dos setores, e suas conexões, facilitando as etapas seguintes.

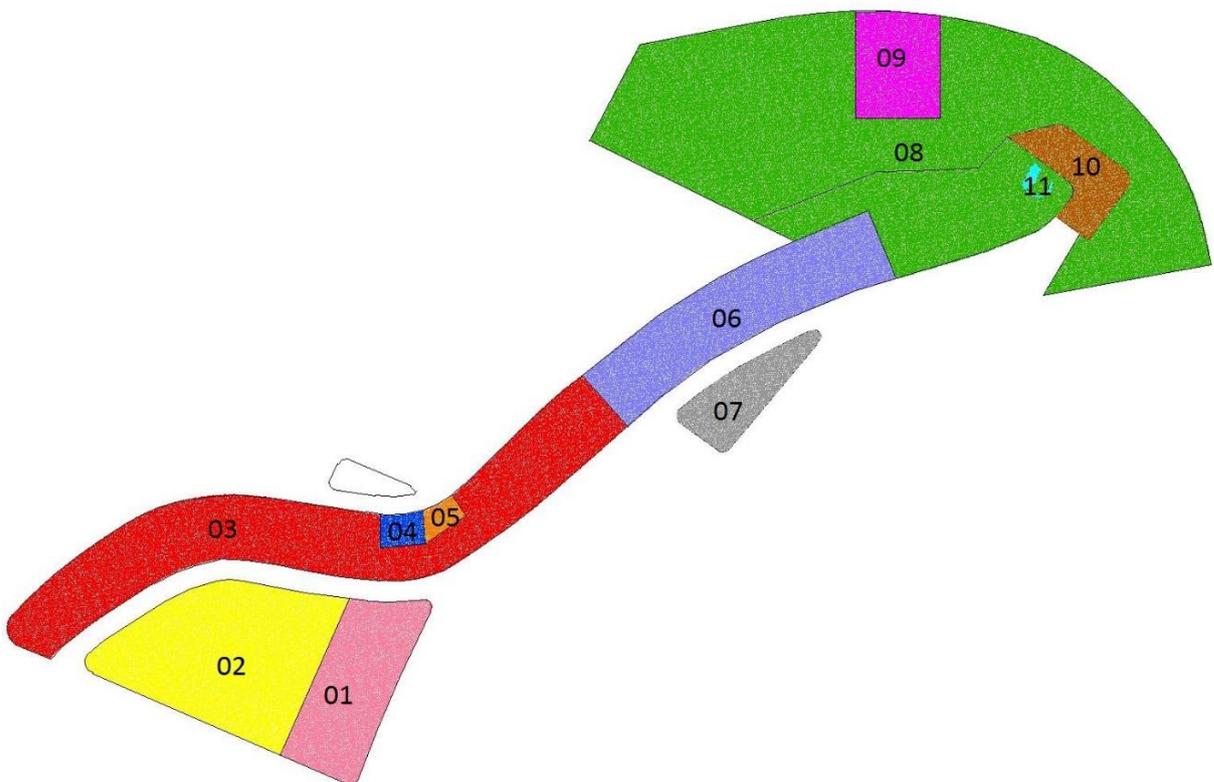


Figura 1 – Setorização.
Fonte: A autora.

1. Centro Convivência - Apoio aos moradores e sociedade de Varginha, espaço para reuniões, cursos e administração. Destinado também as reuniões do espaço Conviver da terceira idade, atualmente financiada pela prefeitura municipal de Varginha.
2. Praça das Crianças – Espaço com playground, árvores frutíferas e espreguiçadeiras.

3. Caminho linear – Espaços com bebedouros, bicicletário, para receber aos usuários, corredores e ciclistas. Acompanhado de bancos em madeira e jardins com vegetação diversificada. Todos os jardins podem ser utilizados para piquenique.
4. Sanitários subterrâneos, para mulheres, homens, PNE (Portador de necessidade especial) e fraldários.
5. Lanchonete – estrutura criada em container
6. Praça Seca – Amplo espaço com piso colorido, que receberá várias atividades efêmeras, como cinema ao ar livre, fonte/praias instalada no piso, futebol, jogos tradicionais, entre outros.
7. Arquibancada em concreto – apoio a praça seca, para usuários assistir a filmes, jogos, apresentações, entre outros. A arquibancada será destinada a arte urbana, para grafiteiros.
8. Área onde será feita uma recuperação ambiental anexada a APP (Área de Preservação Permanente).
9. Academia construção em concreto, seguindo o desnível natural do terreno, para exercícios aeróbicos que atualmente a Praça da Mina e região recebem.
10. Estacionamento – suporte aos usuários que vão abastecer seus garrafões de água.
11. Mina de água

5.5 Anteprojeto

A Praça da Mina, apresenta em seu projeto de requalificação a construção de três equipamentos urbanos, são eles: Centro de Convivência, Academia e Sanitários públicos. A praça da Mina contará com a infraestrutura de calçamentos urbanos e passeios em geral; arborização e vegetação paisagística; estacionamento; circuito de ciclovias; escadarias e rampas para circulação; playground; lanchonete; mobiliário urbano; e, iluminação pública. O projeto em questão atende aos dispositivos estabelecidos pela NBR-9050.

São projetos para a implantação e requalificação da Praça da Mina:

- Requalificação Praça da Mina (Praça da Criança, Praça da Paz e Praça Anna Jarvis)
- Centro de convivência
- Academia
- Sanitários

As soluções técnicas contemplam a acessibilidade de portadores de necessidades especiais (PNE), obedecendo ao que determina a NBR 9050/15 e demais normas da ABNT. A implantação deverá considerar a orientação solar, topografia, microclima da região, acessos e vias urbanas, assim como o entorno do local.

5.5.1 Centro de Convivência

O Centro de convivência, possui uma área de 1.000,00 m², com apenas um pavimento e os seguintes ambientes:

- Administração
- Atendimento
- Copa para funcionários
- Sanitário feminino, masculino e PNE para funcionários
- Arquivo
- DML
- Depósito de Materiais
- Lanchonete
- Sala de Multimídia
- Sala de Computador
- Sala de cursos e oficinas
- Sanitário feminino, masculino e PNE para o público
- Fraldário.

5.5.2 Academia

A academia, possui uma área de 1.222,00 m², com apenas um pavimento e os seguintes ambientes:

- Sala de Ginastica/aeróbicos
- Sala de danças/lutas
- Avaliação funcional
- DML
- Depósito de Materiais
- Sanitário feminino, masculino e PNE para o público

5.5.3 Sanitários

Os sanitários serão subterrâneos, possuem uma área de 85,00m², com apenas um pavimento e os seguintes ambientes:

- Sanitário feminino, masculino e PNE para o público
- Fraldário PNE

5.6 Memorial Descritivo

Os serviços preliminares descritos a seguir se aplicam a dois equipamentos urbanos da Praça da Mina; Centro de Convivência e Academia.

5.6.1 Infraestrutura e Superestrutura

Fica sob a responsabilidade do engenheiro estrutural dimensionar e especificar a estrutura de concreto armado de modo a não interferir na arquitetura disposta neste projeto. A estrutura em concreto armado dimensionada e executada conforme NBR 6118:2014, inclusive muros em contato com o solo.

5.6.2 Vedação

5.6.2.1 Alvenaria de tijolo maciço comum

A alvenaria a ser executada nas paredes será de tijolo maciço comum, serão assentadas com argamassa mista de cimento, cal e areia no traço a ser definido *in*

loco, dependendo das condições de umidade dos materiais. A espessura das juntas não deverá ser superior a 1 cm e as juntas verticais também deverão ser preenchidas.

Os tijolos utilizados serão de 1ª qualidade fabricados de acordo com as normas técnicas vigentes com as faces planas, arestas vivas e dimensões uniformes isentos de trincas e demais defeitos visíveis e com textura homogênea. Suas dimensões deverão atender ao projeto arquitetônico que variam de acordo com o uso.

5.6.2.2 Vergas, Contra Vergas e respaldo em canaleta

Sobre os vãos de janelas e portas deverão ser executadas vergas e contra vergas respectivamente, que consistirão de uma camada de canaleta assentados com argamassa e preenchidos com concreto.

5.6.2.3 Painéis de Vidro – 8mm

Será executado pele de vidro, com 1,00m de largura e 1,20m de altura em local indicado no projeto de arquitetura. Os blocos de vidro serão na cor translúcida, lisos e com ventilação em todo o entorno da construção com aberturas de portas e janelas especificadas em projeto.

5.6.3 Esquadrias Internas

5.6.3.1 Janelas Maximar – Vidro 6mm

Todas as janelas deverão ser esquadrias em alumínio anodizado natural, nas dimensões indicadas no projeto básico de arquitetura e detalhes em anexo, sendo que as alavancas deverão ficar em altura conveniente ao alcance das pessoas.

5.6.3.2 Portas – Madeira

Todas as portas de uma única folha serão de madeira de 35 mm de espessura, de 1ª qualidade, revestidas em ambas as faces com folhas de compensado de cedro de 3 mm, conforme as dimensões do projeto básico de arquitetura.

Guarnições: todos os batentes terão guarnições de madeira de primeira qualidade, aparelhadas, com largura mínima de 3 cm, lisa, e com acabamento boleado. As guarnições serão colocadas em todos os lados dos batentes.

5.6.4 Cobertura

A cobertura do centro de convivência será em laje impermeabilizada com dimensões especificadas no projeto estrutural. Apresenta uma inclinação de 3,50% por motivos estéticos da Arquitetura e auxilia no escoamento de água. A cobertura será um espaço paetonal utilizado pela população como um mirante.

A cobertura da Academia também apresenta função paetonal utilizado pela população como um mirante. Suas dimensões serão especificadas no projeto estrutural e possuirá uma inclinação de 1,00% para que haja o escoamento de água.

5.6.5 Revestimentos

Os revestimentos terão traços e condições diferentes que irão variar de acordo com o espaço de aplicação, são eles: áreas internas, áreas externas e áreas molhadas. Todos os serviços de revestimentos de paredes internas, tetos, e paredes externas deverão ser executados com argamassa pré-fabricada do tipo usinada, emboço e massa única.

5.6.6 Pisos e Pavimentações

5.6.6.1 Compactação do solo

O solo deverá ser apiloado fortemente com o uso de compactador mecânico e nos pontos em que se apresentar muito mole, a terra deve ser removida e substituída por material mais resistente.

5.6.6.2 Contrapiso

Deverá ser executado contrapiso de acordo com as dimensões e especificações discriminadas no projeto estrutural. O concreto deverá ser lançado e espalhado sobre o solo anteriormente nivelado e apiloado, depois de concluídas as canalizações que devam ficar embutidas no solo.

5.6.7 Pintura

As paredes deverão ser lixadas e preparadas para receber as demãos de tinta exceto os locais que receberão azulejos ou pastilhas cerâmicas.

5.6.8 Instalações Hidráulicas e Sanitárias

Fica sob responsabilidade do engenheiro civil dimensionar e especificar a instalação hidráulica e sanitária afim de não interferir na arquitetura disposta neste projeto. A execução de qualquer serviço deverá obedecer rigorosamente às normas técnicas vigentes, as disposições das concessionárias e as especificações e detalhes do projeto.

5.6.9 Distribuições de Água Fria:

A distribuição será feita a partir de caixas d'água existente embaixo do contrapiso, deverá ser disposta de bomba elétrica, capaz de fornecer pressão a água necessária para distribuição e seu acesso deverá ser fácil para a realização de manutenção.

6 Paisagismo

A arborização, além de tornar a cidade mais bonita, promove uma melhoria significativa na qualidade de vida da população. As árvores fornecem sombra, amenizam o calor e servem de abrigo e alimento a várias espécies de pássaros e outros pequenos animais.

A vegetação também diminui a propagação do ruído, retém poeira e microrganismos patogênicos, evitando a dispersão de doenças e auxiliando na manutenção da limpeza da cidade.

Devido a sua complexidade, a paisagem urbana vem sofrendo diversas alterações, tornando-se fundamental um planejamento adequado, que resulte em conservação paisagística, convivência harmoniosa dos habitantes com os componentes urbanos e melhoria da qualidade de vida.

Assim, a partir da análise e dos estudos realizados na área de intervenção partimos para a escolha da vegetação a ser utilizada no projeto.

6.1 Planejamento da Arborização Urbana

Para obtermos o sucesso com a implantação de um projeto de arborização, devemos seguir as seguintes premissas:

6.2 Análise da vegetação

- Utilizar espécies recomendadas para arborização urbana e que apresentam crescimento e vigor satisfatórios.
- Que produzam copas expressivas, que proporcionarão conforto ambiental às áreas.
- Diversificadas, considerando diferentes épocas de floração e frutificação, o que favorecerá a paisagem e a presença da fauna.
- Que produzam aromas agradáveis (folhas, madeiras, flores).
- Nativas regionais da flora brasileira, adequadas à arborização urbana, sobretudo aquelas reconhecidamente úteis à fauna.
- Resistentes ao ataque de pragas e doenças, tendo em vista a inadequação do uso de agrotóxicos no meio urbano.

6.3 Análise do local

- É necessário compatibilizar a arborização, com os acessos, rampas, entrada de garagem, postes de iluminação e de sinalização de trânsito.

6.4 Envolvimento da comunidade

- Para a proteção e preservação das árvores, é necessário que a comunidade tenha consciência na implantação e manutenção.

6.5 Escolha das Árvores

6.5.1 As espécies preferencialmente devem:

- Dar frutos pequenos;
- Ter flores pequenas;
- Ter folhas coriáceas ou pouco suculentas;
- Não apresentar princípios tóxicos perigosos;
- Apresentar rusticidade;
- Ter sistema radicular que não prejudique o calçamento;
- Não ter espinhos.

6.5.2 Evitar espécies que:

- Tornem necessária a poda frequente;
- Tenham cerne frágil ou caule e ramos quebradiços;
- Sejam suscetíveis ao ataque de cupins e brocas;
- Sejam suscetíveis ao ataque de agentes patogênicos.

6.6 Espécies

6.6.1 Árvores

- Araribá – 22 m - urbano
- Canafístula – acima de 12 m urbano
- Cedro rosa – corpos d'água - restauração
- Dedaleiro – até 12 m
- Grumixama – até 15 m - restauração
- Ipê amarelo – branco – rosa - roxo
- Jatobá – até 30 m - restauração
- Quaresmeira – 12 m roxa
- Sibipiruna – até 18 m - urbano

6.6.2 Frutos comestíveis

- Amoreira
- Aceroleiro
- Goiabeiro
- Jaboticabeira
- Anoneira
- Pindaíva
- Pitangueira
- Uvaieiro

6.6.3 Arbustos, Forrações e Trepadeiras

- Bromelia vriesia
- Capim dos pampas
- Érica
- Flor de sao miguel
- Grama bermudas
- Grama são carlos
- Grama esmeralda
- Grama santo agostinho
- Grama batatais
- Maranta zebrina

6.6.4 Pisos

- Piso intertravado permeável
- Piso pedra portuguesa
- Piso concreto
- Deck de madeira

7 Perspectivas









8 Conclusão

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma desordenada durante muitos anos, principalmente com a revolução industrial onde as cidades passam pelo movimento migratório da zona rural para a cidade. No segundo quartel do século XX começam a surgir estudos e movimentos que tratam dos problemas das cidades, do crescimento acelerado, da segregação, da valorização, das condições básicas, entre outros. A partir dessas discussões nascem as reformas urbanas, ações que possibilitam a criação de ambientes urbanos com condições básicas de infraestrutura para atender a população. Tais intervenções são mecanismos contemporâneos para resgatar o ambiente urbano descartado, utilizando das políticas públicas e dos projetos políticos onde estão ancoradas. Contudo falta-se vontade política e intelecto ambiental para gerir com eficiência os espaços públicos, sendo mal geridos e conservados, esses espaços públicos têm se tornado um perigo a céu aberto nas cidades.

Em meio a esses problemas sociais a praça deixou sua beleza de lado, e passou a sofrer as consequências do abandono, a praça atualmente possui pouca vegetação, não proporciona sombreamento e áreas para descanso e contemplação, apresenta carência de mobiliário urbano, iluminação que não privilegia a escala humana, falta de equipamentos urbanos, ausência de acessibilidade, entre outros.

O projeto de requalificação da Praça da Mina apresenta análises e propostas para recuperar uma área degradada na cidade de Varginha, um espaço com importância ambiental e social que não possui infraestrutura necessária que atenda os usos da população. Requalificar a Praça da Mina, tem por si só o resultado de agregar pessoas, tirar elas de suas casas e fazer com que as mesmas se sintam satisfeitas por estarem em um ambiente sadio, com acessibilidade, mobiliários urbanos, equipamentos urbanos, lazer, esporte e educação.

Conclui-se então que o projeto de requalificação da Praça da Mina valoriza a cidade, o bairro e é essencial para a população, proporcionando as famílias um uso correto e digno do espaço público, de modo a oferecer lazer, cultura, esporte e educação, com a criação de centro de convivência, ciclovia, pista de cooper, academia e espaços de encontro e contemplação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

CLASSIFICAÇÃO CLIMÁTICA DE KÖPPEN-GEIGER, site <https://portais.ufg.br/up/68/o/Classifica_____o_Clim__tica_Koppen.pdf>; acessado em 10 de abril de 2016>

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE, site <<http://www.grande.cbh.gov.br/GD4.aspx>>; acesso em: 07 de mar. de 2016.

DEÁK, Csaba. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2010. Acesso em: 10 de mai. de 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CARTAS PATRIMONIAIS. Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada; acesso em: 25 de mar. de 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. CARTAS PATRIMONIAIS. Carta de Atenas 1933; acesso em: 25 de mar. de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, site <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=317070>> acesso em: 07 de mar. de 2016.

MACEDO, SILVIO SOARES. Quadro do Paisagismo no Brasil.1999, FAUUSP, QUAPÁ. São Paulo.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 7. ed.- Petropolis, RJ: Vozes,2013.

PARQUE MADUREIRA + 20. Disponível em <http://www.galeriadaarquitectura.com.br/projeto/ruy-rezende-arquitetura_/parque-madureira/842>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

PRAÇA VICTOR CIVITA. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>>. Acesso em: 15 de mai. de 2016.

REIS FILHO, Nestor G. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720). São Paulo: Pioneira; EDUSP, 1968.

REVITALIZAÇÃO URBANA: Entendendo o processo de requalificação da paisagem. Maranhão: UNDB/CEDS, 2014.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAKATA, Francine. Paisagismo urbano: Requalificação e Criação de Imagens. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____ O papel e o discurso dos arquitetos em projetos paisagísticos. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2007.

VARGINHA (MG). PREFEITURA, 2015. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/a-cidade/historia>>. Acesso em: 07 de mar. de 2016.

VARGINHA (MG). PREFEITURA, 2015. Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/a-cidade/historia>>. Acesso em: 07 de mar. de 2016.